



**LEI N° 1.095/2022, DE 30 DE AGOSTO DE 2022.**

**EMENTA:** *Estabelece as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 do Município de Palmeirina e dá outras providências.*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRINA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, em duas votações realizadas nos dias 15 e 29 de agosto de 2022, e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares, Normas, Definições e Conceitos**

**Seção I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) do parágrafo 1º § 1 do art. 124 e da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Palmeirina, para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I – As disposições preliminares, as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – A estrutura, organização e diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- III – As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V – Orientações sobre alteração na legislação tributária municipal;
- VI – Disposições sobre condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- VII – Disposições sobre o controle das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- VIII – Disposições sobre controle e fiscalização;
- IX – Disposições sobre transparência;
- X – Disposições relativas à dívida pública municipal;
- XI – Disposições sobre operações de crédito;
- XII – Contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- XIII – Regras sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;





- XIV – Critérios e condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- XV – A execução de obras;
- XVI – As normas relativas ao controle de custos;
- XVII – O Relatório Resumido da Execução orçamentária;
- XVIII – O Relatório de Gestão Fiscal;
- XIX – As disposições gerais e transitórias.

### Seção I Das Normas, Definições e Conceitos

Art. 2º No processo de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 aplicam-se as normas e procedimentos constantes nesta Lei e nos seguintes instrumentos:

- I – Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- II – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);
- III – Manual de Demonstrativos Fiscais – 11. edição, aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 375, de 08 de julho de 2020;
- IV – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição a partir de 2022, aprovado pelas Portarias STN/ME nº 117, de 28 de outubro de 2022 e STN nº 1.131 nº de 04 de novembro de 2021.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei entende-se como:

- I – Categoria de Programação, os programas e ações, na forma de projeto, atividade e operação especial:
  - a) Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando a solução de um problema ou atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;
  - b) Ações são operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa;
  - c) Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo;
  - d) Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;



*Assinado*



e) Operação Especial, corresponde as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II – Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos orçamentários destinado ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos imprevistos, como fonte de recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais;

III – Transferência, a entregar de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou entidades privadas;

IV – Delegação de execução, consistena entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

V – Despesa Obrigatória de Caráter Continuado e a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

VI – Execução Física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

VII – Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição e restos a pagar;

VIII – Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IX – Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham impactar negativamente nas contas públicas;

X – Passivos Contingentes, decorrem de compromissos firmados pelo governo em função de lei ou contrato que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamentos;

XI – Contingência Passiva é um possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade;

X – Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, consiste na compatibilização do fluxo de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajustada despesa fixada as novas projeções de resultados da arrecadação, para atender aos artigos 8º e 9º da LRF;

XI – Classificação por Fonte/Destinação de Recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, associando, no orçamento, fontes de receita a determinadas despesas.

## CAPÍTULO II

### Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

*Assinado*





**Art. 4º** - São prioritárias para elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2023, as ações constantes do Anexo I desta Lei que terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos dos respectivos órgãos, visando o desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 será dada maior prioridade:

- I – A promoção humana e a qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais;
- II – A atenção especial no atendimento à criança e ao adolescente;
- III – A eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos;
- IV – A promoção e desenvolvimento da infraestrutura urbana;
- V – As ações que visem garantir eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde enfatizando a prevenção;
- VI – A implementação de ambiente educacional eficiente, com foco nas pessoas e no desenvolvimento tecnológico;
- VII – A implementação de ações que busquem a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres;
- VIII – A valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município;
- IX – A implementação de política habitacional pautada no crescimento urbano planejado, dotado de toda infraestrutura necessária;
- X – Erradicar a pobreza e a fome, promover educação básica de qualidade para todos, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combate a AIDS, COVID-19 e demais doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e fortalecer o desenvolvimento local através de políticas que ampliem o mercado de trabalho para jovens democratizando o uso da internet;
- XI – A implementação de ações que busquem a valorização da agricultura e da melhoria na qualidade de vida na Zona Rural do Município;
- XII – a implementação de ações voltadas à melhoria na segurança pública do Município;
- XIII – Os projetos em andamento e as atividades e ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais;

Parágrafo Único: Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 5º** - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor de até 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a





outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatório.

**Art. 6º** - A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I – Ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- II – Ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

**Art. 7º** - fica o Poder executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária de 2023 as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional, do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento, ao poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das diretrizes Orçamentárias.

**Art. 8º** - O Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I – O comportamento da arrecadação das receitas realizadas nos três últimos exercícios;
- II – O demonstrativo, da despesa efetivamente executada nos três últimos exercícios;
- III – A situação observada no exercício de 2022 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV – O demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V – O demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000;
- VI – A discriminação da dívida pública total acumulada.

## CAPÍTULO II

### Organização e Estrutura dos Orçamentos

**Art. 9º** - A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.

**Art. 10** - O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Palmeirina, relativo ao exercício de 2023, deverá obedecer aos princípios da justiça social.





- I – O princípio da justiça social: implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
- II – O princípio do controle social: implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III – O princípio da transparência: implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento, e
- IV – O princípio da economicidade: implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

**Art. 11 -** Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Diretriz: conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II – Função: o maior estado de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III – Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV – Programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V – Ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e a sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;
- VI – Atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;
- VII – Projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
- VIII – Operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representado, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
- IX – Órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;
- X – Unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, em cujo nome a lei orçamentária anual, consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e a realização de um determinado programa de trabalho;

*Thatianne*





XI – Modalidade de aplicação: indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

XII – Concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII – Conveniente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculadas as atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

§4º - Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – ElementodeDespesa tem por finalidade identificar os objetivos de gasto, tais como: vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins, conforme códigos definidos no Manual de Despesa Nacional, aprovado pela Portaria Conjunta nº 03, de 14 de outubro de 2008, dos Ministérios da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão e suas atualizações.

II – GrupodeNaturezadaDespesa é um agregador de elemento de despesas com as mesmas características quanto ao objetivo de gasto, conforme consta de regulamento nacionalmente unificados, identificados a seguir:

a) **Pessoal e encargos sociais**: compreendendo o somatório dos gastos com pessoal, incluindo os ativos, os inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membro de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000;





b) **Juros e encargos da dívida:** compreendendo as despesas com juros sobre a dívida por contrato, outros encargos sobre a dívida pública por contrato mobiliária, encargos sobre operações de crédito por antecipação de receita;

c) **Outras despesas correntes:** compreendendo as demais despesas correntes não previstas nos incisos I e II deste artigo inclusive obrigações patronais incidentes sobre contratos de prestação de serviços, consoante legislação do Regime Geral de Previdência Social;

d) **Investimentos:** compreendendo as despesas com obras e instalações, equipamentos e material permanente, e outros investimentos em regime de execução especial;

e) **Inversões financeiras:** compreendendo as despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, aquisição de títulos e com a constituição de empresas;

f) **Amortização da dívida:** Despesas com o pagamento do principal e amortização da dívida pública.

g) **Reserva de Contingência:** destinado a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

III - Grupo de Modalidade de Aplicação de Despesa tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos. Também indica se tais recursos são aplicados mediante transferência para entidades privadas sem fins lucrativos, outras instituições ou ao exterior.

### MODALIDADE DE APLICAÇÃO

20	Transferência à União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
40	Transferências a Municípios
50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
60	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
70	Transferências a Instituições Multigovernamentais
71	Transferências a Consórcios Públicos
72	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
90	Aplicações Diretas
91	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgão, Fundos e Entidades Integrante dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade.
99	A definir

*Assinado*







IV – Grupo de Função, é representado pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo: Cultura, Educação, Saúde, Previdência Social, Desporto Amador e outros.

V - Função Encargos Especiais, englobam, as despesas em relação às quais não podem associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representado, portanto, uma agregação neutra, nesse caso, as ações estarão associadas aos programas do tipo “Operações Especiais” que constarão apenas do orçamento, não integrando ao PPA.

VI – Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos imprevistos, podendo ser utilizada com fonte de recursos para abertura de créditos adicionais;

VII – Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade de ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

**Art. 12** – As metas fiscais serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificar a ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

**Art. 13** – O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo o Orçamento Fiscal até o dia 05 de outubro de 2022 e devolverá para a sanção até o dia 05 de dezembro de 2022, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31 de 27 de junho de 2008, até a entrada em vigor da Lei Complementar de trata o art. 165 § 9º e inciso I da Constituição Federal.

§ 1º. O Orçamento evidenciará a fonte e a destinação dos recursos orçamentários especificando os recursos ordinários e vinculados, especialmente os de vinculação obrigatória a determinados gastos públicos:

§ 2º. São as seguintes fontes de financiamento dos gastos públicos:

**I – Recursos do tesouro:**

- a) Recursos ordinários,
- b) Recursos vinculados à educação,
- c) Recursos vinculados à saúde

**II – Recursos vinculados transferidos da União:**

**a) Recursos vinculados à educação:**





Recursos do FUNDEB – profissionais do magistério;  
Recursos do FUNDEB – diversas despesas;  
Recursos Precatórios – Complementação FUNDEF/FUNDEB;  
Recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO;  
Recursos do PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA;  
Recursos do PROGRAMA NACIONAL DO TRANSP. ESCOLAR;  
Recursos do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENT. ESCOLAR;  
Recursos de outros programas vinculados à educação.

**b) Recursos vinculados à saúde:**

Atenção Básica;  
Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar;  
Vigilância em saúde;  
Gestão do SUS;  
Investimentos na rede de serviços de saúde;  
Recursos de outros programas vinculados à saúde do Estado e União.

**c) Recursos Transferidos pelo FNAS:**

Recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;  
Piso Fixo de Média Complexidade – PAEFI;  
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;  
Piso Básico Fixo – CRAS;  
Índice de Gestão Descentralizada – IGBDF;  
Recursos de outros programas transferidos pelo FNAS.

**d) Recursos vinculados do Estado:**

Recursos de programas vinculados à educação;  
Recursos de programas vinculados à saúde;  
Recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal – FEM;  
Recursos de outros programas do Estado;

**e) Recursos vinculados a União:**

Recursos de convênio da educação;  
Recursos de convênios da saúde;  
Recursos de outros convênios.

**f) Recursos de outras fontes:**

Recursos de serviços de saúde;  
Recursos de alienação de bens;  
Recursos de transferências da CIDE;  
Recursos de fontes não identificadas.

**Art. 14** – A Reserva de Contingência prevista no Art. 5º desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e a fonte de recursos.

*Thatianne*





### CAPÍTULO III

#### Dos Repasses de Recursos e Despesas com o Poder Legislativo dos Repasses

**Art. 15** - Os repasses a Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês nos termos dos artigos no art. 29-A e 168 § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

#### I – Das Despesas com o Poder Legislativo:

§ 1º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - As despesas com o Poder Legislativo não serão superiores a 7% (sete por cento) do valor das receitas tributária e das transferências constitucionais previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo os gastos com inativos.

**Art. 16** – A proposta parcial do Poder Legislativo para 2023 será elaborada de acordo com os parâmetros e as diretrizes estabelecidas neste Lei e, em consonância com os limites fixados nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25/2000, devendo ser encaminhada até 15 de agosto de 2022 ao Poder Executivo, para efeito de consolidação da proposta orçamentária geral.

*Parágrafo Único - O repasse do duodécimo do primeiro trimestre de 2023 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2022, devendo ser ajustada, em abril de 2023, eventual diferença que venha a ser apresentada, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para os repasse ao Poder Legislativo*

### CAPÍTULO IV

#### Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas alterações

#### SEÇÃO I

#### Diretrizes Gerais

**Art. 17** - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2023, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas fiscais que integra a

*Thybis*





presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Art. 18** - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**Art. 19** - O Poder Executivo, sob a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão, Finanças e Controladoria-Geral, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado, no mínimo, por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até vinte dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2023, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º - O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.

**Art. 20** - No prazo previsto no § 2º do artigo anterior, o Poder Executivo, a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão, Finanças e Controladoria-Geral, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 21** - Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por Fonte de Recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados de outras despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.



*Thatianne*



**Art. 22** – Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 23**– Os Orçamentos dos Fundos e das Autarquias deverão ser apresentados até o dia 30 de agosto de 2022, para inclusão no Orçamento Geral do Município, acompanhados de parecer de caráter opinativo dos Conselhos.

**Art. 24** – A Lei Orçamentária Anual não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de créditos.

**Art. 25** – É obrigatório a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

**Art. 26** – A Lei Orçamentária Anual de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos tenham pelo menos um dos seguintes documentos:

- I – Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e
- II – Certidão de que não tenham sido opostos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**Art. 27** – A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminado conforme detalhamento constante do art. 14 desta lei, especificando:

- I – Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – Número do precatório;
- III – Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV – Data da autuação do precatório;
- V – Nome do beneficiário;
- VI – Valor do precatório a ser pago;
- VII – Data do trânsito em julgado; e
- VIII – Número da Vara ou Comarca de origem.

**Parágrafo Único** – A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2023, os índices adotados pelo Poder Judiciário, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, e Emenda Constitucional nº 62/2009.

*Tufano*





**Art. 28** – Na programação da despesa não poderão:

I – Ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e,

II – Ser incluídas despesas a título de investimentos – regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 29** – A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo as seguintes prioridades:

I – Custeio de pessoal e encargos sociais;

II – Custeio administrativo e operacional;

III – Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao Ensino Fundamental e à Saúde;

IV – Pagamento de sentenças judiciais;

V – Contrapartida dos convênios;

VI – Reserva de Contingência, conforme especificado no art. 3º desta Lei.

*Parágrafo Único* – Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

**Art. 30** – As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

## SEÇÃO II

### Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

**Art. 31** – O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anuidade, da exclusividade, da publicação e da legalidade.

**Art. 32** – É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

**Art. 33** – Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I – Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II – O aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e

III – As alterações tributárias.

*Infante*





**Art. 34** – As ações dos programas integrarão a proposta orçamentária, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados, na conformidade da regulamentação nacionalmente unificada, estabelecida nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP), publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**Art. 35**–Terão prioridades os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 36** – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos artigos 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivamente mediante decreto do Poder Executivo.

*Parágrafo único* – Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art. 43, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 4.320/1964.

### SEÇÃO III

#### Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

**Art. 37** – O orçamento de Investimento, previsto nos artigos 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal e 101/2000, será apresentado para cada empresa em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

### SEÇÃO IV

#### Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

**Art. 38** – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de Saúde, Previdência e Assistência Social, e obedecerão ao disposto nos artigos 167, inciso XI, 194, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I– Das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;
- II – Da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
- III – Do Orçamento Fiscal.

*Parágrafo único* – Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.





## CAPÍTULO V

### Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

**Art. 39** – As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1988, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

**Art. 40** – Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de julho de 2022 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

**Art. 41** – O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual de 2023, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art. 21 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a efetuar a recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e celetista, conforme disposto no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

§ 2º - Para atender ao disposto neste artigo serão observados os limites estabelecidos nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 42** – O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º - O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

**Art. 43** – Serão previstas na Lei Orçamentária Anual despesas específicas para formação, treinamento e capacitação profissional dos servidores e a realização de certames, processo seletivo e concurso público, tendo em vista as disposições legais, para melhoria da carreira e preenchimento de vagas nos quadros de cargos e carreiras.







**Art. 44** – No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I – Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 40 desta Lei;
- II – Houver vacância, após 31 de julho de 2022, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela; e,
- III – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

*Parágrafo único* – A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, § 1º incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 45** – Ficam autorizadas as contratações de consultorias e assessorias técnicas especializadas para execução de atividades que não constam servidores do quadro dos órgãos da administração municipal ou quando o serviço exigir especialidade para sua execução.

**Art. 46** – O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

*Parágrafo único* – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização.

- I – Sejam assessorias, instrumentais, ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
- e
- III – Não caracterizem relação direta de emprego.

## CAPÍTULO VI

### Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária do Município

**Art. 47** – Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

**Art. 48** – A criação ou alteração de tributos cuja receita esteja passível de vinculação deverá ser acompanhada de justificativa de sua necessidade para oferecimento do serviço público ao contribuinte.

*Thatianne*





**Art. 49** – Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2023, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidos às exigências do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

**Art. 50** – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

## SEÇÃO V Do Anexo de Metas Fiscais

**Art. 51** - O Anexo de Metas Fiscais integra esta Lei por meio do ANEXO II, onde os demonstrativos descritos no inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010 e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado nominal e montante da dívida pública.

**Art. 52** - Na elaboração da proposta orçamentária anual para o exercício de 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO II, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

## SUBSEÇÃO VI Do Anexo de Riscos Fiscais

**Art. 53** - O Anexo de Riscos Fiscais que integra esta Lei por meio do ANEXO III, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

**Art. 54** – Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 55** – O Anexo de Riscos Fiscais dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem e integra esta Lei por meio do ANEXO III.

## CAPÍTULO VII Dos Demonstrativos Fiscais

*Tupuito*





**Art. 56** – Para fins de transparência de gestão e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponível na Internet, página oficial do Município, para acesso público, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual, acompanhadas dos seus anexos.

**Art. 57** – O Poder Executivo, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre publicará os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, SIOPE e SIOPS, e, até trinta (30) dias após o encerramento de cada quadrimestre/semestre publicará os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF.

§ 1º - Para assegurar a transparência durante a execução orçamentária e financeira o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até três dias antes da realização da audiência pública ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro os Relatórios de Gestão Fiscal dos respectivos quadrimestres para avaliação dos índices fiscais.

§ 2º - Nos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano serão disponibilizados na página do município os demonstrativos de avaliação do cumprimento das metas fiscais, logo após a realização da audiência pública, registrada pela Comissão competente na Câmara Municipal.

*Parágrafo único* – O Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntárias (CAUC) utilizará as informações dos incisos I, III, V e VI, armazenados no SICONFI, para fins de atualização automática de seus registros.

**Art. 58** – O SICONFI manterá rotinas de validação e homologação dos dados enviados de forma a assegurar a consistência das informações.

§ 1º Caso sejam detectadas inconsistências relevantes nos dados enviados, seja no processo de validação, efetuado pelo SICONFI ou em verificação posteriores, os entes serão comunicados para que procedam à retificação tempestiva sob pena de a Secretaria do Tesouro Nacional não dar a devida quitação do envio dos dados, sujeitando o ente da Federação às penalidades e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nesta Lei.

§ 2º As situações que ensejam inconsistências relevantes serão detalhadas em instrução disponibilizada no sítio eletrônico do Tesouro Nacional e no SICONFI.

**Art. 59** – Os dados das contas anuais obtidos pelo SICONFI serão disponibilizados em um banco de dados denominado Finanças do Brasil – FINBRA no sítio do Tesouro Nacional para consulta de qualquer cidadão.

## SEÇÃO VII Projeto de Lei Orçamentária

**Art. 60** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, que o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo estabelecido no art. 124 § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Pernambuco, com a





redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, promulgada em 27 de junho de 2008, pela assembleia Legislativa de Pernambuco, será constituído de:

- I – Mensagem,
- II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária;
- III – Anexos.

§ 1º- O texto do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) conterá as disposições permitidas pelo art. 165, § 8º da Constituição Federal, seguira as normas da LC nº 101, de 2000 e da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 2º- A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será feita por meio de quadros orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei Federal nº 4.320, de 1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I – Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II – Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de: anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária;
- III – Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada para manutenção e desenvolvimento do ensino do exercício de 2022, bem como o percentual orçado para aplicação no referido exercício, consoante art. 212 da Constituição Federal;
- IV – Demonstrativo consolidado do percentual das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2022 destinadas às ações e serviços de saúde;
- V – Demonstrativos dos recursos destinados ao atendimento e desenvolvimento de programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;
- VI – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, anexo 1 da Lei nº 4.320/64;
- VII – Receitas segundo as categorias econômicas, anexo 2 da Lei nº 4.320/64;
- VIII – Receita consolidada por categoria econômicas, anexo 2 Lei nº 4.320/64;
- IX – Natureza da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária, anexo 2 da Lei nº 4.320/64;
- X – Natureza da despesa consolidada por categoria econômica, anexo 2 na Lei nº 4.320/64;
- XI – Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projeto, atividade e operação especial, por unidade orçamentária, anexo 6 da Lei nº 4.320/64;
- XII – Demonstrativo dos programas de trabalho, indicado funções, subfunções, projetos e atividades, anexo 7 da Lei nº 4.320/64;
- XIII – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo, anexo 8 da Lei nº 4.320/64;
- IX – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, anexo 9 da Lei nº 4.320/64;
- X – Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com prioridades, objetivos e metas desta Lei; e;
- XI – Demonstrativo para atendimento do § 6º do art. 165 da Constituição Federal.



*Thatianne*



§ 1º. Não poderão ser incluídos na Lei Orçamentária Anual projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 2º. Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino fundamental.

§ 3º. No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em julho de 2022.

§ 4º. Na estimativa das receitas consideram-se a tendência do presente exercício, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2022 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º. As despesas e as receitas serão demonstradas de forma, sintética, agregada e evidenciado "déficit" ou "superávit" corrente, na Lei Orçamentária Anual.

§ 6º. Constarão na Lei Orçamentária Anual dotações destinadas à execução de projetos a serem executados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, incluídas as contrapartidas.

§ 7º. No texto da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de até 30% (trinta por cento) do total da Lei Orçamentária Anual e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e da legislação aplicável.

**Art. 61** - Será considerada a obtenção de superávit primário na elaboração do projeto; na aprovação e execução da Lei Orçamentária Anual para 2023, bem como deverá ser evidenciada a transparência da gestão, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações, onde se inclui a internet.

## SEÇÃO VIII Das Alterações e do Processamento

**Art. 62** - A Proposta Orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, com todas as emendas e anexos.

§ 1º. O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

§ 2º. Poderão constar na proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes de projeto de lei da alteração do plano plurianual em tramitação na Câmara de Vereadores.





**Art. 63** – As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

§ 1º. No processamento do orçamento e da contabilidade será utilizado software de contabilidade e orçamento público que deverá:

- I – Adequação dos sistemas informatizados de contabilidade para permitir os registros de acordo com as novas normas e o MPCASP;
- II – Possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados, nos termos do regulamento aprovado por Decreto;
- III – Atender a Lei nº 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;
- IV – Permitir o processamento dos demonstrativos que integram os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos termos da regulamentação estabelecida pela Portaria Nº 702, de 10 de dezembro de 2014 Secretária do Tesouro Nacional;
- V – Implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP);
- VI – Implantação/adequação de sistemas de controle dos bens de almoxarifado, bens móveis e imóveis.

§ 2º. Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 1964 e atualizações posteriores e autorização da Câmara de Vereadores.

**Art. 64** – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza da despesa e da respectiva modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesa de conformidade com a Portaria nº 163/2001 e suas alterações posteriores.

**Art.65** – O remanejamento ou transferência de recursos de um elemento de despesa para outro, dentro de uma mesma unidade orçamentária, será feita por Decreto, desde que não seja alterado o valor autorizado pela Câmara de Vereadores no Orçamento Municipal para a referida unidade e respeitadas às disposições do art. 212 da Constituição Federal e do ar. 77 do ADCT da Constituição da República.

## CAPITULO VIII Das Receitas

### SEÇÃO ÚNICA Da Receita Municipal e Alterações na Legislação Fiscal

**Art. 66** – Na elaboração da Proposta Orçamentária para 2023, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:





- I – Efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II – Variações de índices de preços;
- III – Crescimento econômico;
- IV – Evolução da receita realizada nos últimos três anos.

**Art. 67** – Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais

**Art. 68** - A estimativa da receita para 2023 consta de demonstrativos do ANEXO II, desta Lei, conforme metodologia e memória de cálculo que integra o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, elaborados consoante disposições da legislação em vigor.

*Parágrafo Único – Poderá ser considerada, no orçamento para 2023, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária.*

**Art. 69** – Constarão dos orçamentos as receitas de transferências intra orçamentárias em contrapartida com as despesas transferidas na modalidade de aplicação 91 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 70** – O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2023, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos.

**Art. 71** – A reestimativa da Receita na LOA para 2023, por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, conforme assim determina o § 1º, do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, devidamente demonstrada.

**Art. 72** – O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

## CAPITULO IX Da Despesa Pública

### SEÇÃO IX Das Despesas com Pessoal e Encargos

**Art. 73** -No caso da despesa total com pessoal ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101/2000, ficam vedadas realizações de despesas com hora extra, ressalvadas as áreas de saúde e educação, os casos de necessidade





temporária de excepcional interesse público, ações de defesa civil e de assistência social, devidamente justificada pela autoridade competente.

**Art. 74** - Os Poderes Legislativo e Executivo, para fins de atendimento ao disposto do art. 169, § 1º Inciso II da Constituição Federal, ficam autorizados a conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, funções, alterações na estrutura de carreira, bem como realização de concurso, admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas as restrições legais pertinentes.

**Art. 75** - Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

**Art. 76** - Para atendimento das disposições do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de julho de 2007, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono salarial aos profissionais de magisterio e aos servidores municipais, devendo os valores ser compensados quando da concessão de revisão, reajuste ou atualização, autorizado por Lei.

**Art. 77** - Será apresentado, mensalmente, o resumo da folha de pagamento do pessoal do ensino, para exame do Conselho de Controle Social do FUNDEB, bem como os demonstrativos de aplicação de recursos bimestrais, objeto do demonstrativo Anexo X do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, devendo haver registro, da entrega pelo Poder Executivo dos referidos documentos, em atas das reuniões do referido conselho.

**Parágrafo Único** - A apresentação da documentação de que trata o caput deste artigo ao Conselho do FUNDEB ocorrerá até o último dia do mês subsequente.

**Art. 78** - Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas:

- I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - Eliminação de despesas com horas-extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - Rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; e;
- VI - Exoneração dos servidores não estáveis.

**Art. 79** - O Município poderá incluir na proposta orçamentária, dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores, quando a despesa de pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, e da forma estabelecida em Lei Municipal específica.

## Seção X Do Orçamento da Seguridade Social

*Thatianne*







**Art. 80** – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social.

**Art. 81** - O empenhamento das despesas com obrigações patronais será, por competência, devendo haver o processamento da liquidação no último dia de cada mês de competência, de acordo com a legislação previdência.

**Art. 82** – O Poder Executivo poderá assumir, em nome do Município, obrigações previdenciárias em favor do Regime Geral de Previdência Social (INSS), de responsabilidade da Administração Direta e Indireta, com pagamento por meio de débito em conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

*Parágrafo Único* – Será permitida a inclusão nos parcelamentos, de que trata o caput deste artigo, de obrigações previdenciárias do Poder Legislativo desde que compensados nos recursos repassados à Câmara, para não extrapolar o limite de que trata o art. 2º da EC nº 58, de 23 de setembro de 2009.

### Do Regime Próprio de Previdência Social

**Art. 83** – O Regime Próprio de Previdência Social do Município terá orçamento próprio incluído no orçamento geral do município, e sua execução será feita de forma descentralizada.

**Art. 84** – As receitas de contribuições destinadas ao Regime Próprio de Previdência Social, bem como os rendimentos resultantes da aplicação do seu patrimônio, somente poderão ser utilizadas para pagamento dos benefícios previdenciários previstos na Lei de Instituição do Regime Próprio de Previdência Social e das suas Despesas Administrativas, observado o limite pré-determinado.

*Parágrafo Único* – Os saldos financeiros pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social serão aplicados no mercado financeiro.

**Art. 85** – O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município será executado pelos gestores do Instituto de Previdência Social do Município e suas receitas serão exclusivamente destinadas ao custeio dos benefícios previdenciários definidos em Lei e das despesas administrativas, observado o limite legal.

*Parágrafo Único* – Os saldos resultantes da aplicação da taxa de administração no custeio das despesas administrativas de cada exercício constituem fundo de reserva financeira para ser utilizada em exercícios seguintes, nos mesmos fins a que se destinam.

**Art. 86** – O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social incluirá em suas dotações previsões para assegurar os reajustes dos benefícios previdenciários, os quais ficam autorizados, observada em todos os casos a legislação vigente.



*Trufante*



**Art. 87** – É vedada a inclusão na lei orçamentária anual, bem como em suas alterações, de dotações destinadas ao pagamento de aposentadorias complementares dos servidores municipais.

**Art. 88** – O Regime Próprio de Previdência Social realizará avaliação atuarial anual para definição das alíquotas de contribuições, das alíquotas complementares, dos aportes financeiros e da reserva matemática para manutenção dos benefícios.

#### **Dos Benefícios Previdenciários**

**Art. 89** – Os benefícios previdenciários serão assegurados aos servidores efetivos do Município nos termos definidos na legislação previdenciária municipal e serão geridos pelo Regime de Previdência Própria Social do Município.

**Art. 90** – A Lei Orçamentária Anual conterá dotação orçamentária para o custeio de benefícios previdenciários não contemplados na Lei de Previdência Própria assegurados aos seus servidores e para cobertura do déficit matemático existente.

**Art. 91** - Será divulgado, junto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, demonstrativo das receitas e despesas destinadas à seguridade social.

#### **Dos Benefícios Assistenciais**

**Art. 92** – O Orçamento da Seguridade Social contemplará programas com o objetivo de assistir a população carente em suas necessidades básicas, visando promover o bem estar e reduzir a desigualdade social, para observância do disposto nos incisos III e IV, do art. 3º da Constituição Federal.

*Parágrafo Único – O Orçamento da Seguridade Social contemplará recursos destinados a custear despesas com programas para valorização humana, apoio à cidadania e a família, alimentação e moradia digna, apoio ao deficiente e ao idoso, geração de emprego e cursos profissionalizantes.*

### **SEÇÃO XI**

#### **Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

**Art. 93** – A realização de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino obedecerá às disposições da Constituição da República, das Leis Federais nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.494 de 20 de junho de 2007 nº 11.738, de 16 de julho de 2008, nova Lei do FUNDEB nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 e legislação pertinente, atualizada.

**Art. 94** – Integrará a prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Educação Básica e demais disposições contidas no art. 27 da Lei nº 11.494, de 2007 e normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

*Assinado*





**Art. 95** – As prestações de contas de recursos do FUNDEB serão instruídas com parecer do Conselho do FUNDEB, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

**Art. 96** – Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho de Controle Social do FUNDEB, nos termos do art. 25 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e a nova Lei do FUNDEB nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020

**Art. 97** – Será apresentada ao Conselho de Controle Social do FUNDEB a prestação de Contas Anual referente às receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo o conselho apreciar e emitir parecer dentro 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da prestação de contas.

## SEÇÃO XII

### Das Despesas com Programas, Ações e Serviços Públicos de Saúde

**Art. 98** – Os recursos do Estado, do Distrito Federal e do Município destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.

§ 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 1º alínea "e" do inciso VII da EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, de setembro de 2000 da Constituição Federal

§ 2º - Integrará a prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Saúde, Relatório de Indicadores de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Saúde, Pareceres do Conselho e Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Saúde;

*Parágrafo único* – Na inserção das Informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO prevista no inciso I do Capítulo II da Portaria nº 702/2014, excetuam-se o Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPE, que serão inseridos no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS.

**Art. 99** – O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as Contas do Fundo será conclusivo, fundamentado e emitido dentro de 15 (quinze) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 100** – O Gestor do Fundo Municipal de Saúde elaborará a programação financeira do Fundo, executará o orçamento, emitirá balancetes de receitas e despesas, mensalmente, e dará conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde.

*Recebido*





**Art. 101** – A sistemática de execução financeira do Fundo Municipal de Saúde obedecerá às regras estabelecidas na legislação aplicável e regulamentação do Ministério da Saúde referente às transferências e aplicações de recursos, incluindo os repasses por meio de blocos financeiros para as áreas indicadas, consoante disposições da legislação federal;

§ 1º - A Sistemática de que trata o caput deste artigo será modificada em decorrência de Lei, atualização da legislação federal ou de norma expedida pelo Ministério da Saúde, para vigorar no exercício de 2023.

### SEÇÃO XIII

#### Das Transferências Voluntárias e Ações e Serviços de Outros Governos

**Art. 102** – Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária para 2023, com dotações vinculadas às fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

*Parágrafo Único* – Os recursos oriundos de convênios, nos termos do caput deste artigo, servirão de fonte de recursos para suplementação de dotações orçamentárias para os programas vinculados ao objeto do convênio respectiva.

**Art. 103** – Poderá ser incluída na Proposta Orçamentária para 2023, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá:

- I – De que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- II – De que exista Lei específica autorizando a subvenção;
- III – Da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
- IV – Da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V – Da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade;
- VI – Da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município; e
- VII – De não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

*Thatianne*





§ 1º. Integrará o convênio, que formalizará a subvenção, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

§ 2º. Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, o plano de trabalho de que trata o § 1º conterá objetivos, justificativas, metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e cronograma de desembolso.

## SEÇÃO XIV

### Participação em Consórcio de Municípios, Parcerias e Convênios

**Art. 104** – Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, na forma da Lei.

**Art. 105** - Poderão ser consignadas dotações no orçamento do Município destinadas à participação referenciada no caput do artigo anterior, inclusive por meio de auxílios, contribuições e subvenções, bem como para execução de programas, projetos e atividades vinculadas aos programas objeto dos convênios, termos de parcerias e outros instrumentos formais cabíveis.

§ 1º Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração indireta citados no parágrafo anterior deste artigo encaminharão, até o dia 5 (cinco) de setembro de 2022, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2023.

§ 3º O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

§ 4º Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE-PE, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais, no prazo legal.

## SEÇÃO XV

### Das Doações e dos Programas Assistenciais e Culturais

*Tupido*





**Art. 106** – Constarão no orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, culturais e esportivos, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos.

§ 1º. Nos programas culturais de que trata o caput se incluem o patrocínio e realização de festividades cívicas, folclóricas, festa do padroeiro e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

§ 2º. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos, onde se inclui esporte solidário e educacional, consoante disposições do art. 217 da Constituição Federal.

## SEÇÃO XVI Dos Créditos Adicionais

**Art. 107** – Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra observando as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I – Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II – Recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III – Recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV – Produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e outros;
- V – Recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo, e;
- VI – Recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º. As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

§ 3º. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.



*Tufalido*



PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-40b4-b209-a51b75e3aca1

§ 4º Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício de 2023 poderão ser reabertos até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

**Art. 108** – Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

**Art. 109** – Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para abrir crédito por meio de Decreto e comunicar ao Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 1º. O valor dos créditos orçamentários abertos em favor do Poder Legislativo não onera o percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária.

**Art. 110** – O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Gestão, deverá atender, no prazo de sete dias úteis, contados da data do recebimento, as solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas, no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

**Art. 111** – Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

**Art. 112** – Para adequação orçamentária decorrente de mudança na estrutura administrativa determinada por Lei, fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes, no orçamento para o exercício de 2023 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades; bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos descritores, metas, objetivos fontes de recursos e modalidade de aplicação.

**Art. 113** – Os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas em caso de calamidade pública e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 167 § 3º da Constituição Federal.

§ 1º - Os créditos extraordinários, considerando a legislação federal pertinente, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

§ 2º – O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que será anulada no Orçamento da Câmara Municipal, quando da solicitação de abertura de crédito adicional, ao Executivo, nos termos do caput deste artigo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ 10.144.038./0001-93

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3731-3156

*Assinado*



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



## SEÇÃO XVII Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

**Art. 114** – Considera-se, para efeitos desta Lei, obrigatória e de caráter continuada a despesa decorrente de Lei, que fixe para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.

**Art. 115** – O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000, será publicado na forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

**Art. 116** – Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam o limite estabelecido no inciso I do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, modificada pelas leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.10.99 e atualização posteriores.

## CAPÍTULO X Do Orçamento e da Gestão dos Fundos

**Art. 117** – Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério- FUNDEB, compreendendo:

- I – Despesas com vencimentos e obrigações patronais de pessoal do magistério – ensino infantil, ensino fundamental, ensino especial e ensino de jovens e adultos;
- II – Despesas com vencimentos e obrigações patronais do pessoal de apoio administrativo
- III – Despesas com transporte escolar, e,
- IV – Outras despesas.

§ 1º. A Prefeitura poderá, para efeito de transferência e facilidade de controle, manter conta específica para movimentação de 70% (setenta por cento) das transferências feitas à conta do FUNDEB, destinada às despesas com pessoal de magistério, devendo ser transferidos os recursos após o crédito na conta FUNDEB.

§ 2º. Os demonstrativos de disponibilidade financeira deverão apontar os recursos constantes da conta FUNDEB 70% e da conta FUNDEB 30%, em caso da adoção da sistemática autorizada no art. 55 desta Lei.

**Art. 118** – Além do que consta desta Lei, na execução orçamentária, aplicam-se ao Fundo Municipal de Saúde as disposições do art. 77 do Ato das Disposições Transitorias da Constituição da República e ao FUNDEB o que consta da Lei Federal nº 9.424/96, para efeito de programação e execução orçamentária.

*Thatianne*







**Art. 119** – Os programas destinados a atender ações finalísticas são aqueles financiados com recursos voluntários oriundos de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pela Prefeita ou pelo gestor do fundo ao qual estejam vinculados.

**Art. 120** – Os fundos de natureza contábil e os fundos especiais que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras, bem como na hipótese de os gestores não enviarem seus planos de aplicação, propostas parciais ou informações suficientes, até a data estabelecida nesta lei, terão seus orçamentos elaborados pela Secretaria de Finanças

**Art. 121** – Serão realizadas audiências públicas, nos meses de maio e setembro do corrente exercício e janeiro do exercício subsequente, na Câmara de Vereadores, para cumprimento do art. 12 da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, pelo gestor de saúde.

**Art. 122** – Todos os gestores dos demais fundos deverão oferecer as informações para atender ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio de Relatório de Gestão Fiscal, incluindo a demonstração do cumprimento de metas físicas e financeiras em audiências públicas quadrimestrais na Câmara de Vereadores, nos meses de maio, setembro do corrente exercício e janeiro do exercício subsequente.

**Art. 123** – Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos de controle social, respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

## CAPITULO XI Vedações Legais

### SEÇÃO ÚNICA Das Vedações

**Art. 124** – É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, do servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

**Art. 125** – São vedados:

- I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II – A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III – A abertura de créditos suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa;



*Thattianne*



IV – A inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;

V – A movimentação de recursos em conta única sem a existência de um regulamento específico aprovado por lei e sem que o instrumento de contrato firmado entre o Município e a instituição financeira disponha sobre a fiel obediência, pelo banco contratado, das normas de controle interno e da movimentação estabelecida no respectivo regulamento;

VI – A movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;

VII – A transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para conta única;

VIII – A assunção de obrigações, sem dotação orçamentária, com fornecedores para pagamento a posterior de bens ou serviços.

**Art. 126** – Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com o INSS, FGTS, CELPE, PASEP e outros, obedecida a legislação pertinente.

## CAPITULO XII Do Controle

### SEÇÃO ÚNICA Do Controle Interno

**Art. 127** – Considerando que a implantação e manutenção de Sistemas de Controle Interno pelos Poderes Municipais se constituem em obrigação constitucional, a ser cumprida pela administração pública municipal, de acordo com o prescrito nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal e nos artigos 29, 31 e 86 da Constituição Estadual, devendo constar dotações, no orçamento para 2023, destinadas ao custeio do funcionamento da Unidade de Controle Interno.

**Art. 128** – Enquanto não adequar a legislação local às normas específicas de controle interno, para o regular atendimento das exigências legais pertinentes, a Administração Municipal ficará sujeita as normas e disposições do Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, aprovado pela Lei nº 7.741, de 23.10.78, respeitadas as disposições da legislação federal em vigor, a regulamentação nacional, leis, locais específicas e normas resolutivas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

**Parágrafo Único** – O Poder Executivo poderá consignar dotações para despesas com serviços de consultoria para orientação e treinamento de pessoal do controle interno, contabilidade, planejamento, gestão governamental e para produzir instrumentos e informações destinadas ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000 e disposições regulamentares, bem como para implantação e manutenção de programas de modernização administrativa e incremento de receitas.

*Assinado*





**CAPÍTULO XIII**  
**Das disposições Gerais e Transitórias**  
**Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei Orçamentária Anual**

**Art. 129** – Os autógrafos da Lei Orçamentária Anual serão enviados ao Poder Executivo no prazo estipulado no inciso III do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, devidamente consolidados, tanto no que se refere ao texto do projeto de lei como em todos os anexos, com o teor das emendas devidamente aprovadas na Câmara Municipal.

**Art. 130** – Caso a devolução do orçamento para sanção da Prefeita deixe de ser feita ao Poder Executivo, no prazo legal, ou os autógrafos da Lei Orçamentária sejam encaminhados sem consolidação das emendas realizadas no texto e nos anexos, o Poder Executivo adotará as recomendações contidas na Decisão T.C. nº 336/96 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, inclusive quanto à promulgação da proposta orçamentária como lei.

**Art. 131** – As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária Anual e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

**Art. 132** – Caso a Lei Orçamentária Anual para 2023 não seja publicada dentro do exercício corrente, a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês de janeiro de 2023, a programação constante da proposta enviada pelo Poder Executivo poderá ser executada a cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total da dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação.

§ 1º - Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas e de caráter continuado, fica autorizada a emissão de empenho estimativo.

*Parágrafo Único – A proposta orçamentária do Município será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro do corrente exercício e devolvida para sanção até 05 de dezembro do corrente exercício conforme disposições da Constituição do Estado de Pernambuco.*

**SEÇÃO XVIII**  
**Da Participação da População e das Audiências Públicas**

**Art. 133** – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

I – Ao Poder Executivo, até 20 de setembro do corrente exercício, junto as Secretaria de Planejamento e Gestão, Controle Interno e Finanças;





II – Ao Poder Legislação, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão.

Parágrafo Único – Para fins de realização de audiência pública será observado:

I – Quanto ao Poder Legislativo:

a) Que a condução da audiência fique a cargo da Comissão Técnica da Câmara Municipal que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;

b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e comunicar formalmente ao Poder Executivo Municipal;

II – Quanto ao Poder Executivo:

a) Receber comunicação formal da data da audiência, quando realizada na câmara de vereadores;

b) Disponibilizar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da audiência de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

c) Quando a audiência pública for realizada, no âmbito do Poder Executivo, seguir o mesmo prazo do inciso I, alínea b deste artigo e comunicar, formalmente, à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Controle Social.

## SEÇÃO XIX Da Prestação de Contas

**Art. 134** – Serão apresentadas até o dia 31 de março do ano subsequente ao encerramento do exercício:

I – Prestação de Contas Anual de Governo, pela Prefeita do Município, nos termos do Art. 56 da Lei Complementar 101, de 2000;

II – Prestações de Contas Anuais de Gestão, apresentadas pelos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

§ 1º. Serão disponibilizadas à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas e em endereço eletrônico do Município, a disposição da sociedade, as prestações de contas, em versão eletrônica, na forma estabelecida em lei e ou regulamento.

§ 2º - As prestações de contas deverão ser inseridas no Sistema Eletrônico (e-TCE) até o dia 31 de março do ano subsequente ao encerramento do exercício.

**Art.135** – Até 30 (trinta) de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício, o Poder Executivo deverá inserir por meio eletrônico o SIOPS, SIOPE e o





BALANÇO ANUAL consoante regulamento em vigor com cópia do recibo de transmissão a Secretaria de Governo do Estado.

**Art. 136** – Os gestores de fundos instruirão suas prestações de contas com relatórios de gestão, onde constarão as metas previstas e os resultados alcançados.

### Do Equilíbrio das Contas Públicas e dos Restos a Pagar

**Art. 137** – Deverá apresenta programação financeira e cronograma de desembolso para monitoramento da gestão fiscal em metas bimestrais, para evitar desequilíbrios entre receitas e despesas, nos termos do art. 8º da LRF.

**Art. 138** – O Chefe do Poder Executivo deverá ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei.

**Art. 139** – Serão anulados os empenhos inscritos em restos a pagar referentes a obrigações que tenham sido transformados em dívida fundada.

**Art. 140** – Fica o Poder Executivo autorizado a anular empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo prescricional de 5 (cinco) anos estabelecido pelo Decreto Federal 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

### SEÇÃO XX Do Portal Transparência

**Art. 141** – Em observação aos requisitos dos Artigos 48, caput, da LC nº 101/2000 e 5º, 6º, 7º, 8º e 9º do Caput II da Resolução TCE/PE nº 33 de 06 de junho de 2018:

#### PODER EXECUTIVO

1. Link de acesso ao portal transparência da Unidade Jurisdicionada - UJ;
2. Receitas;
3. Despesa;
4. Licitações;
5. Contratos;
6. Plano Plurianual – PPA;
7. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO;
8. Lei Orçamentária Anual – LOA;
9. Prestações de Contas e respectivos pareceres prévio;
10. Relatórios de Gestão Fiscal – RGF;
11. Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO;
12. Versão simplificada desses dos documentos de gestão fiscal;
13. Remuneração Individualizada por nome do agente público ou Servidor;
14. Registro das competências e estrutura organizacional do ente;





15. Endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
16. Repasses ou Transferências de recursos financeiros.

## PODER LEGISLATIVO

1. Link de acesso ao portal transparência da UJ;
2. Receitas;
3. Despesa;
4. Licitações;
5. Contratos;
6. Prestação de Contas;
7. Relatório de Gestão Fiscal - RGF;
8. Versão simplificada desses documentos;
9. Remuneração individualizada por nome do agente público e servidor;
10. Registro das competências e estrutura organizacional do ente;
11. Endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento;
12. Seção com respostas e perguntas mais frequentes (FAQs);
13. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;
14. Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC);
15. Acessibilidade para pessoas com deficiência.

## CAPÍTULO XIII Disposições Finais

**Art. 142** – Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento e Controladoria a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de que trata esta Lei.

*Parágrafo único* – A Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento e Controladoria disciplinará:

- I – Calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II – Elaboração e a distribuição do material que as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações e Fundos; e
- III – Instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de trata esta Lei.

**Art. 143** – Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000:

- I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de

*Assinado*





desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II – As despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

**Art. 144** – São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

*Parágrafo único* – Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

**Art. 145** – Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023 ao Legislativo Municipal.

**Art. 146** – A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

**Art. 147** – Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.

**Art. 148** – Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

**Art. 149** – Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I – Anexo de Prioridades;
- II – Anexo de Metas Fiscais;
- III – Anexo de Riscos Fiscais.

**Art. 150**– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 30 de agosto de 2022.

**THATIANNE PINTO MACÊDO LIMA**  
-Prefeita-





Lei nº 1.096/2022  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE PALMEIRINA  
EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município Palmeirina, para o exercício de 2023, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, com a finalidade de estabelecer metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere (2023) e para os dois seguintes (2024 e 2025), bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (2021) e evolução do patrimônio líquido do Município.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;







PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.e-pte.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-a51b75e3aca1

e) Montante da Dívida.

- II – Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV – Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores;
- VII – Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII – Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-6209-ad1b75e3aca1

Lei nº 1.096/2022  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE PALMEIRINA  
EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO III

ANEXO III – RISCOS FISCAIS

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2023, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

*Lei Complementar nº  
101/2000, Art. 4º...*

*“§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ: 10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156

*Infirido*



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.e-pec.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-40b4-b209-ad1b75e3aca1

*contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”*

**Riscos Fiscais** são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos:

*Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.*

A **Reserva de Contingência**, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da LRF destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos quais se incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 1,00% (um por cento) da Receita Corrente Líquida para a Reserva de Contingência. Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.

No exercício de 2023 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas e aumentos de despesas em decorrência de

- a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
- b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
- c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO;
- d) *inadimplência superior às estimativas de recebimentos dos créditos de dívida ativa tributária, previstos nas campanhas de cobrança administrativa e judicial, consoante disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações.*

2. Socorro à população em caso de situações emergenciais, de calamidade pública, epidemias, notadamente a continuidade dos efeitos da pandemia do Covid-19 e enchentes, em valores superiores aos estimados para programas assistenciais, de saúde e da defesa civil que constarão da Lei Orçamentária.

3. Desastres ambientais de grandes proporções no território do município.

4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias, assim como em situações emergenciais e de calamidade haverá gestão de riscos.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, enquadrando-se em contingências passivas






PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

Gabinete da Prefeita em, 30 de agosto de 2022.

  
THATIANNE PINTO MACÊDO LIMA  
-Prefeita-  
THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
PREFEITA



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

Lei nº 1.096/2022  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE PALMEIRINA  
EXERCÍCIO DE 2023

ANEXO I

PRIORIDADE E METAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ: 10.144.038./0001-91  
Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000  
Telefone: (87) 3791-1156





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-ad1b75e3aca1

### AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 01 - LEGISLATIVA
01.01	Permitir o regular funcionamento das atividades do poder legislativo, incluindo contratação de assessoria e consultoria.
01.02	Atender as necessidades do Poder Legislativo, através de serviços técnicos especializados.
01.03	São prioridades as obras em andamento.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 04 - Administração
04.01	Realizar o controle efetivo dos bens móveis e imóveis no município, por meio da implantação de um sistema de informação que propicie controle efetivo por parte da unidade de material e patrimônio, em tempo real.
04.02	Modernização da infraestrutura da Secretaria de Administração com inovação de equipamentos e tecnologia da informação.
04.03	Aumentar a transparência da administração municipal com a publicação de atos administrativos, publicação da legislação municipal, divulgação de obras, serviços, programas e campanhas, inclusive produção de material publicitário.
04.04	Capacitar e treinar os servidores municipais visando melhoria na prestação dos serviços públicos.
04.05	Aquisição e manutenção de hardware e software para os serviços dos setores contábil, financeiro e tributário do município, bem como treinamento de recursos humanos.
04.06	Estruturar espaço físico para os conselhos, bem como apoiá-los em suas ações de cidadania e controle social.
04.07	Reequipar e adequar os setores administrativos compatibilizando-os as novas tecnologias e procedimentos, bem como instituir programa de modernização através de processos eletrônicos.
04.08	Promover ações entre os consórcios intermunicipais.
04.09	Firmar convênios com outros entes federados para realização de ações e serviços nas áreas de justiça pública.
04.10	Modernizar os diversos tipos de controle exigidos pela legislação, dentre eles o sistema de controle interno, protocolo central, patrimônio, estoque, almoxarifado, frota e orientara Administração Municipal para atingir os resultados pretendidos na gestão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156

*Assinado*



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



04.11	Promover a digitalização dos documentos do arquivo geral do município
04.12	São prioritárias as obras em andamento.

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023**

Nº DA AÇÃO	Função: 06 – Segurança Pública
06.01	Implantação do Programa Cidade Digital com monitoramento de câmeras para auxiliar a segurança pública do município.
06.02	Manter Departamento Guarda Municipal e instalar e manter suas atividades.
06.03	Aquisição de veículos, equipamentos e fardamento.
06.04	Instalação, modernização e manutenção de sinalização horizontal, vertical e semáforos, nas vias públicas.
06.05	São prioritárias as obras em andamento.

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023**

Nº DA AÇÃO	Função: 08 – Assistência Social
08.01	Promover, ampliar e fortalecer os serviços e benefícios socioassistenciais, considerando as ações dos níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, garantindo no que tange a gestão social, equipamentos, móveis, máquinas, veículos e materiais permanentes, assim como construção, reformas e ampliação.
08.02	Garantir a concessão dos benefícios eventuais no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, em razão de enfrentamento a pobreza e extrema pobreza.
08.03	Garantir o desenvolvimento dos serviços de proteção social ao adolescente em cumprimento de medidas Socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade conforme preconiza a política nacional de assistência social (PNAS), bem como promover atendimento, acompanhamento e encaminhamento qualificado aos jovens em situação de dependência química (álcool e outras drogas), assim como doença mental, em parceria com a Secretaria de Saúde.
08.04	Oferecer e ampliar cursos de profissionalização e geração de renda aos usuários da Rede Socioassistencial da SASC.
08.05	Garantir a implantação de um Sistema Integrado Informatizado entre equipamentos da rede socioassistencial, tendo como objetivo agilizar os serviços e dar praticidade às ações desenvolvidas.





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-af1b75e3aca1

08.06	Oferecer serviços que visam garantir proteção integral a pessoas que vivem em situação de rua, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade, por meio de Serviços prestados no Albergue Noturno e/ou serviços de acolhimento em repúblicas.
08.07	São prioritárias as obras em andamento.
08.08	Aquisição de álcool gel, luvas, máscaras e demais equipamentos de segurança na prevenção da covid-19 para equipes que trabalham na linha de frente.
08.09	Pagamento de auxílio financeiro as pessoas carentes em decorrência de seca, calamidade e fome.
08.10	Incremento de ações de assistência social no combate a COVID-19 e seus efeitos da economia, como na concessão de benefício eventual, concessão de subvenções sociais, facilitar o acesso a documentos indispensáveis ao exercício profissional, auxílio funeral, cadeiras de rodas, ataúdes, cestas básicas, agasalhos, colchões, aquisição de kits de enxovais destinados as gestantes e outros, incluindo assistência emergencial as vítimas de calamidades.
08.11	Ampliar o acolhimento as pessoas em situação de rua, em decorrência dos efeitos da pandemia do Novo Coronavírus.

### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 10 – Saúde
10.01	Garantia de acesso da população a serviços de qualidade, de forma universal, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da Política de Atenção Básica oferecendo serviços básicos de saúde à população em geral.
10.02	Manter os programas vinculados a Política de Atenção Primária como Núcleos de apoio de Saúde da Família – NASF, Academia da Saúde e entre outros.
10.03	Fortalecer a Educação Permanente promovendo o aperfeiçoamento, capacitando e incentivando os profissionais da Rede de Atenção à Saúde - RAS
10.04	Garantir a disponibilização de veículos para atendimento na Zona Rural e apoio aos serviços da rede municipal de saúde.
10.05	Promover a saúde bucal da população em consonância com a Política Nacional de Saúde Bucal e ampliar a cobertura de Saúde Bucal na ESF.
10.06	Assegurar as atividades da administração, melhorando a qualidade de atendimento público e dos serviços, com o aperfeiçoamento do atendimento de saúde; Construção, ampliação e/ou reformas das unidades de saúde da rede municipal (Hospital, UPA, Unidades Básicas de Saúde, Laboratórios e Centros Técnicos Especializados).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

10.07	Promover a atenção à Saúde da Mulher e reduzir a morbidade decorrente de doenças e agravos prevalentes a esse grupo, organizando e implementando a Rede de Atenção à Saúde da Mulher no âmbito municipal para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.
10.08	Promoção da atenção integral a saúde da criança e adolescentes, implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade, assegurando a integralidade do cuidado em todas as suas dimensões (acolhimento, atendimento, notificação e seguimento na rede de cuidados e de proteção social). Com incentivo ao Parto Normal e Humanizado
10.09	Garantir da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças Crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção, promovendo a melhoria das condições de saúde do idoso e portadores de doenças crônicas mediante a qualificação da gestão e da organização da rede de atenção.
10.10	Garantir as ações do Programa Nacional de Imunização (PNI) para toda a população; viabilizar a estrutura necessária e disponibilizar os imunobiológicos para a população através da Atenção Básica.
10.11	Fortalecer a Rede de Apoio Psicossocial – RAPS, programando a atenção integral em Saúde Mental atuando na prevenção, assistência, tratamento e reabilitação.
10.12	Implementar a atenção integral a saúde do trabalhador com ações nos níveis de assistência, tratamento, recuperação e prevenção, visando promover a saúde do trabalhador no município.
10.13	Implementar a atenção integral a saúde do homem com ações nos níveis de assistência, tratamento, recuperação e prevenção, visando promover a saúde do homem no município.
10.14	Garantir as ações de vigilância em saúde visando a promoção da saúde nas áreas de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador, além da integralidade do cuidado por meio da integração da vigilância em saúde e os outros níveis de atenção à saúde.
10.15	Fortalecimento da Assistência Farmacêutica para o desenvolvimento do conjunto de ações de caráter individual ou coletivo com promoção da Saúde e prevenção de doenças.
10.16	Garantir a rede de assistência ambulatorial especializada visando garantir a continuidade e a integralidade da Saúde;
10.17	Assegurar a assistência hospitalar e urgência e emergência por meio de estratégias, ações e redefinição da rede, avançando na organização e na oferta de serviços. Através de rede complementar em saúde com entidades de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como organização social.
10.18	Manutenção e implementação dos serviços necessários para Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no SUS, em decorrência da pandemia ocasionada pela COVID-19.
10.19	Garantir aquisições e disponibilização de insumos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos de segurança na prevenção da COVID-19 na cidade.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

10.20	Disponibilização de leitos clínicos de retaguarda para atendimentos das pessoas que apresentam sintomas do novo Coronavírus.
10.21	Garantir os medicamentos, insumos e equipamentos de segurança, para o enfrentamento da coronavírus.
10.22	Fortalecer as ações do Conselho Municipal de Saúde
10.23	Promover a participação popular para qualificação dos serviços de saúde
10.24	Fortalecer e modernizar os mecanismos de execução das atividades técnicas e administrativas
10.25	Implementar a Política de Regulação das ações e serviços de saúde. Descentralizar a rede de regulação melhorando o acesso com novos meios de agendamento para os usuários.
10.26	Fortalecer as práticas integrativas no município, estimulando alternativas inovadoras e mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes, com ênfase na escuta acolhedora.
10.27	Implementar e qualificar a Rede de Atenção integral das Políticas de Saúde da população LGBTQIA+, população negra, quilombolas e indígena.
10.28	Implementar o cuidado integral à saúde da pessoa com deficiência na esfera de gestão municipal e incluindo as parcerias interinstitucionais necessárias, são: a promoção da qualidade de vida, a prevenção de deficiências, a atenção integral à saúde, a melhoria dos mecanismos de informação; a capacitação de recursos humanos, e a organização e funcionamento dos serviços.
10.29	Implantar e assegurar a estruturação dos serviços da Clínica de Fisioterapia e Reabilitação Municipal, tornando o ambiente no qual os pacientes vão para progredir fisicamente e psicologicamente.
10.30	Adquirir medicamentos e material médico hospitalar e insumos para a média e alta complexidade (MAC)
10.31	Adquirir medicamentos e material médico hospitalar e insumos para a Atenção Básica
10.32	Desenvolver e implantar o programa "Remédio em Casa"
10.33	Assegurar os exames de imagens através da rede complementar contratualizada, buscando resolutividade da assistência a saúde e apoio-diagnóstico.
10.34	Implementar a oferta dos serviços de laboratório em análise clínica municipal, e contratualização da rede complementar em saúde.
10.35	Garantir aquisição, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos permanentes para rede de atenção à saúde.
10.36	Garantir o acesso aos serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de forma a permitir as condições necessárias para o desenvolvimento dos serviços de urgência e emergência.
10.37	Garantir os serviços do Hospital Municipal de forma a permitir as condições necessárias para o desenvolvimento dos serviços hospitalares, Maternidade, bloco cirúrgico e urgência e emergência



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pele amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-ad1b75e3aca1

### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 11 – Trabalho
11.01	Contratar assessoria técnica especializada e firmar parcerias com empresas locais, visando capacitar e incentivar jovens na inserção no mercado de trabalho, bem como adquirir ou locar equipamentos diversos e espaço para a execução do programa
11.02	Realizar parcerias e/ou convênios com o SEBRAE e SENAI e adquirir equipamentos para desenvolver oficinas e capacitações.
11.03	Informar ao trabalhador a importância de estar em conformidade com a legislação e os benefícios assegurados pela lei.
11.04	Contratar assessoria técnica especializada e firmar parcerias com empresas locais e governamentais visando capacitar e incentivar grupos de mulheres no seu poderio econômico, bem como adquirir ou locar equipamentos diversos e espaço para a execução de cursos e programas
11.05	São prioritárias as obras em andamento.

### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 12 – Educação
<b>Gestão Educacional</b>	
12.01	Implantar escola integral no município
12.02	Elaborar e aplicar instrumentos de acompanhamento, execução e avaliação de PME.
12.03	Promover formação para estudo da BNCC, tendo como público alvo, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, professores e técnico da secretaria de educação da rede municipal de ensino.
12.04	Promover a implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria da SME e Fundo Municipal de Educação.
12.05	Promover formação continuada para estudo da Matriz Curricular, baseada no Currículo de Pernambuco, elaborada em 2020, colocada em prática em 2022, para direcionamento do currículo vivenciado por modalidade, ano, módulo de ensino.
12.06	Reforçar institucionalmente a SME e o Fundo Municipal de Educação, bem como seus processos gerenciais, por meio da implantação de metodologia de planejamento.
12.07	Implementar o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou altas habilidades (superdotação). Implantação do Centro de Assistência as pessoas com necessidades especiais e promover formação para os professores de alunos com necessidades especiais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. Juao Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 06c22313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

12.08	Distribuição de kits de alimentação escolar aos alunos matriculados da rede municipal de ensino, enquanto perdurar a pandemia do Covid-19.
12.09	Ampliar as salas de Recursos multifuncionais (AEE), que contempla área urbana e rural. Realizar aquisição de material pedagógico especial para alunos com necessidades especiais, bem como ofertar aulas em libras para toda a rede de ensino.
12.10	Oferecer formação para os gestores municipais de educação para implementarem as atividades no turno complementar por meio do Programa Mais Educação.
12.11	Oferecer formação para os gestores municipais de educação para implementarem as atividades no turno complementar por meio do Programa Rede Ampliada.
12.12	Aquisição de material pedagógico para uso na jornada ampliada (livros didáticos, jogos, etc).
12.13	Promover programas de formação e habilidade específica para professores que atuam em educação especial, nas escolas do campo, nas comunidades quilombolas e indígenas, e que contemplam também as temáticas: educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral e integrada.
12.14	Oferecer curso de formação continuada para os professores que trabalham nas comunidades indígenas. (contemplando a educação infantil).
12.15	Oferecer curso de formação continuada para os professores que trabalham nas escolas rurais e quilombolas.
12.16	Qualificar os professores que atuam em educação especial, em escolas rurais, em comunidade quilombolas e em comunidades indígenas, em cursos implementados pela SME.
12.17	Promover a participação dos profissionais de serviço e apoio escolar em programas de formação continuada, considerando, também, as áreas temáticas, tais como educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral e integrada.
12.18	Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltada para alimentação escolar.
12.19	Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltados para gestão escolar.
12.20	Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço de apoio das escolas da rede em programas de qualificação voltados para meio ambiente e manutenção de infraestrutura escolar.
12.21	Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço de apoio das escolas da rede em programas de qualificação voltados para multimeios didáticos.
12.22	Implementar em toda a rede de ensino, nas áreas urbana e rural, salas e laboratórios com multimídia.
12.23	Orientar as escolas a incluírem no PPP (Projeto Político Pedagógico) oferta de tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o ano letivo, e tempo de atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades (superdotação).
12.24	Acompanhar sistematicamente a proposta de assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades (superdotação).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ: 10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE. 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



12.25	Oferecer condições às escolas para que os professores possam efetivamente atender, individualmente ou em grupo, os alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimentos ou altas habilidades (superdotação)
12.26	Promover ações para implementação de currículos específicos para as escolas rurais, de forma complementar, que atenda a EJA.
12.27	Proporcionar as escolas do campo e ou rural a oferta de cursos que valorize a profissionalização dos estudantes e agropecuaristas, de forma extensiva.
12.28	Adequar ou construir as instalações da biblioteca, adotando os padrões mínimos de acessibilidade, considerando, ainda, as especificidades das escolas indígenas e quilombolas do campo.
12.29	Implementação do PPP-Projeto Político Pedagógico, da PP-Proposta Pedagógica, do Currículo (Matriz Curricular) das unidades escolares, tendo como documento orientador a BNCC.
12.30	Estimar os custos para aquisição do mobiliário e equipamentos necessários para a biblioteca de cada unidade escolar.
12.31	Implementar e adequar as escolas da rede municipal, para receberem os laboratórios de informática.
12.32	Promover aulas de forma on-line aos alunos da rede municipal de ensino que estão em casa cumprindo o isolamento social, através de transmissão das redes sociais.
12.33	Implantar gradativamente espaços adequadas para as práticas desportivas dos alunos em 100% das escolas.
12.34	Adequação e/ou construção de quadras de esportes adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade.
12.35	Construir, adequar, reformar e equipar as cozinhas e refeitórios das escolas da rede, de acordo com critérios definidos.
12.36	Adequar as instalações gerais para o ensino a partir de padrões mínimos e acessibilidade a serem adotado pela rede, observando as condições da estrutura física e a existência de espaços pedagógicos nas escolas do campo que atendam a Educação Infantil e os Anos iniciais do Ensino Fundamental.
12.37	Construir, ampliar e reformar as unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.
12.38	Construção e/ou implementação da PPP nas unidades Escolares.
12.39	Firmar parcerias com a Secretaria de Educação de PE, para uso de documentos Norteadores do Currículo de PE, em forma de formação continuada para os professores da rede municipal.
12.40	Aquisição de veículos para efetivar trabalho de acompanhamento e monitoramento pedagógico nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino nas áreas Urbanas e Rurais.
12.41	Aquisição de terrenos para construção de unidades escolares, creches e quadras poliesportivas.
12.42	Disponibilização de transportes escolares para estudantes universitários.
12.43	Aquisição de material didático que possa atender as necessidades de toda a rede municipal de ensino.

*Thatianne*





12.44	Implantar o sistema de avaliação de rede
12.45	Implantar o centro de formação de professores da rede municipal de ensino de Palmeirina
12.44	São prioritárias as obras em andamento.

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023**

Nº DA AÇÃO	Função: 13 – Cultura
13.01	Difundir arte, cultura, tradições e atrair o turismo para o Município.
13.02	Executar serviços de restauração de Prédios Históricos, Pintura de casario e Construção de novos Centros de atividades de Cultura e lazer.
13.03	Ampliar e melhorar áreas físicas destinadas as atividades culturais e oferecer espaço para eventos culturais, bem como elevar o nível intelectual dos munícipes.
13.04	Criação do Fundo de Cultura do município de Palmeirina e instituir o Conselho Municipal de Cultura.
13.05	São prioritárias as obras em andamento.

**AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023**

Nº DA AÇÃO	Função: 15 – Urbanismo
15.01	Construção do Parque da Juventude e do Marco Zero do Município.
15.02	Construção da via estrutural interligando os bairros do Prado e Central.
15.03	Construção da Câmara Municipal de Vereadores.
15.04	Ampliação e melhoria da rede de iluminação pública nas vias, cemitérios, praças e prédios do município.
15.05	Troca da iluminação da cidade por lâmpadas de LED.
15.06	Ampliação do saneamento, pavimentação e recapeamento asfáltico do município.
15.07	Construção de Moradias destinadas à população de baixa renda residentes em áreas de risco.
15.08	Abastecimento de água emergencial.

*Thatianne*





15.09	Construção, reforma e ampliação do pátio da feira-livre.
15.10	Perfuração de poços artesianos; Construção de muro de arrimo e acostamento.
15.11	Implantação e reforma de praças na zona urbana e rural do município.
15.12	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 16 – Habitação
16.01	Aquisição e distribuição de kits de materiais de construção.
16.02	Aquisição de Terrenos para construção de moradias.
16.03	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 17 – Saneamento
17.01	Construção, ampliação e reformas de esgotos, galerias e sistema de coleta de tratamento sanitário, visando atingir a meta de universalização do saneamento básico.
17.02	Consertos, reparos, drenagens de águas pluviais e desobstrução do sistema de saneamento básico.
17.03	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 18 – Gestão Ambiental
18.01	Desenvolver o turismo ecológico através de atividades com guias capacitados.
18.02	Recuperar, revitalizar e preservar o meio ambiente, através de ações como a conservação das margens dos rios (recuperação de matas ciliares), conservação das áreas de topografia muito elevada, programas educativos de orientação aos produtores rurais, planejamento ambiental (Agenda 21) e outros.

*Thatianne*





**PREFEITURA DE  
PALMEIRINA**

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6223f3-2259-46b4-b209-af1b75e3aca1

18.03	Preservação, conservação ambiental e destinação ecológica do lixo urbano.
18.04	Implantar a coleta seletiva, (incluindo coleta de óleo) proporcionando o correto manejo dos resíduos sólidos, através de uma adequada infraestrutura para a realização dessas atividades.
18.05	Readequar o aterro sanitário através de reformas, ampliações e ações, para que o mesmo opere de acordo com as normas pertinentes.
18.06	São prioritárias as obras em andamento.

### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 19 – Ciência e Tecnologia
19.01	Implantação, manutenção e divulgação de espaços comunitários de Inclusão digital e Centros de Inclusão Digital em Escolas e Bibliotecas Públicas, incluindo realização de fóruns e debates.
19.02	Implantação e manutenção do Centro de Inovação Tecnológica.
19.03	São prioritárias as obras em andamento.

### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 20 – Agricultura
20.01	Execução de projetos e atividades do PRONAF no Município, em convênio com a União, incluindo aquisição de equipamentos.
20.02	Aquisição e implantação de sistemas e equipamentos agrícolas para melhoria da produtividade rural.
20.03	Auxiliar o produtor rural no preparo do solo, distribuição de sementes e realização de cursos de capacitação para o produtor rural.
20.04	Coordenar e avaliar as ações do setor agropecuario, desenvolvidas pelo Estado, bem como, elaborar e consolidar os instrumentos constitucionais inerentes ao planejamento.
20.05	Eletrificação dos sítios na zona rural.
20.06	Construção, ampliação e reforma de açougues, mercados, centrais de abastecimento e matadouro, incluindo reequipamento e sua regular manutenção.
20.07	Capacitar agricultores para maximização dos serviços na área agropecuária, piscicultura e agroindústria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE. 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ctee.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-a51b75e3aca1

20.08	Aquisição e distribuição de sêmen, com vistas a promover o desenvolvimento dos rebanhos de Bovinos, Caprinos e Ovinos do Município.
20.09	Implantação e parceria técnico-financeira com o Estado e União para desenvolvimento de ações do programa Mais Alimentos, incluindo aquisição de equipamentos, distribuição de sementes e capacitação de pequenos produtores.
20.10	Construção de açudes, barragens e adutoras destinadas à agricultura e ao abastecimento da população.
20.11	Implantação de Hortas Orgânicas Comunitárias.
20.12	Contratação de carros pipas, para atender zona rural e urbana; Perfuração, instalação e manutenção de poços tubulares ou amazonas.
20.13	Criação do programa Municipal Terra pronta
20.14	Assegurar a cota parte do município para o seguro safra dos agricultores
20.15	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 22 – Indústria
22.01	Implementação de atividades industriais e cursos profissionalizantes nas áreas de vocação do município.
22.02	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 23 – Comércio e Serviços
23.01	Promover a capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para o setor turístico; Ampliar as possibilidades de lazer e diversão à população do município e visitantes; Realizar pesquisas para o sistema de informação turística; Cadastrar, controlar e fiscalizar os empreendimentos turísticos para manter o padrão de qualidade dos serviços e instalações.
23.02	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



Nº DA AÇÃO	Função: 25 – Energia
25.01	Execução de projetos de eletrificação rural.
25.02	Aquisição de postes, fios, transformadores e outros materiais e utensílios; Contratar serviços para execução de instalações elétricas urbanas e rurais.
25.03	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 26 – Transportes
26.01	Construção, ampliação e manutenção de estradas, pontes, passagens molhadas, aquisição e contratação de máquinas, veículos e equipamentos diversos para obras e serviços públicos essenciais e outros.
26.02	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 27 – Desporto e Lazer
27.01	Aquisição de material esportivo para os alunos do município.
27.02	Construção, reforma, ampliação e manutenção de espaços para promover a prática de atividades físicas, desportivas e de lazer no município; Apoiar e incentivar eventos, torneios esportivos e as equipes esportivas do município.
27.03	Oferecer capacitações na área esportiva.
27.04	São prioritárias as obras em andamento.

#### ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023

Nº DA AÇÃO	Função: 28 – Turismo
28.01	Desenvolver o turismo ecológico, religioso, de lazer e eventos.
28.02	Incentivar a realização de feiras culturais, oficinas de arte cênicas e teatrais.

*Tupuito*





PREFEITURA DE  
PALMEIRINA

Trabalhando  
pelo amor  
da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-6209-a51b75e3aca1

28.03	Criação do Museu Histórico do município de Palmeirina.
28.04	Incentivar os produtores da renda renascença, doces, laticínios, móveis e estofados através de feiras livres, oficinas de produção e designer para valorização dos seus produtos.
28.05	Pagamento de Auxílio Financeiro para artistas do município durante o período da pandemia do novo coronavírus.
28.06	São prioritárias as obras em andamento.

Gabinete da Prefeita em, 30 de agosto de 2022.

  
THATIANNE PINTO MACÊDO LIMA  
-Prefeita-

THATIANNE PINTO MACÊDO LIMA  
PREFEITA



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156



MUNICIPIO DE PALMERINA-PE

IV-

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública MONTANT

EDADÍVIDA

R\$ mil/hor

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)</b>	554	261	169	77	22	10
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	554	261	169	77	22	10
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	0	3.374	3.373	3.858	4.303	4.751
Ativo Disponível	1.997	9.038	9.038	9.396	9.616	9.805
Haveres Financeiros	0	0	0	0	0	0
(-) Restos a pagar Processados	14.171	5.695	5.695	5.478	5.314	5.154
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I)-(II)</b>	554	-3.113	-3.204	-3.781	-4.280	-4.740

Notas:

- 1 - Cálculo do montante total da Dívida Consolidada, a partir da Divulgação da Lei Orgânica (DO), listando o documento de referência e o número da Lei Orgânica, e a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- 2 - Para o efeito de eliminação de valores da Dívida Consolidada foram considerados os seguintes procedimentos: a) Dívidas vinculadas a projetos de lei em tramitação; b) Dívidas vinculadas a projetos de lei em tramitação; c) Dívidas vinculadas a projetos de lei em tramitação.

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
INSS	368	303	123	43	0	0
RPPS	0	0	0	0	0	0
FGTS	0	0	0	0	0	0
PASEP	0	0	0	0	0	0
CELPE	0	0	0	0	0	0
MINISTÉRIO DA FAZENDA	0	0	0	0	0	0
PRECATÓRIOS	0	58	0	34	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	188	261	45	77	22	10
<b>TOTAIS</b>	554	261	169	77	22	10

Valores em milhares (R\$)

- 3 - A projeção do Ativo Disponível e das Haveres Financeiras em 2022 foi elaborada de acordo com as seguintes informações:
- (+) Disponibilidade de caixa em 31 de janeiro de 2022
  - (-) Previsão de entrada de Recursos em 31 de dezembro de 2022
  - (=) Disponibilidade de Caixa disponível
  - (-) Rastros a pagar a serem pagos em 2022
  - (-) Rastros a pagar a serem cancelados por rescisão em 2022
  - (-) Despesas de pagamento de passivos a serem pagos em 2022
  - (=) Disponibilidade de Caixa líquida em 2022

Disponibilidade de caixa em 31 de janeiro de 2022	5.039
(-) Previsão de entrada de Recursos em 31 de dezembro de 2022	36.820
(=) Disponibilidade de Caixa disponível	41.859
(-) Rastros a pagar a serem pagos em 2022	5.665
(-) Rastros a pagar a serem cancelados por rescisão em 2022	0
(-) Despesas de pagamento de passivos a serem pagos em 2022	38.764
(=) Disponibilidade de Caixa líquida em 2022	2.429

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

*Rufino*





AMF - Demonstrativo (LRF - Art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	Metas		% PIB*	% RCL	Metas		% PIB*	% RCL	Variação	
	Previsão em 2021 <sup>1</sup>	(a)			Realizado em 2021 <sup>2</sup>	(b)			Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total		27.084	0,012	91,94		32.938	0,014	111,82	5.854	21,61
Receitas Primárias (I)		25.679	0,011	87,15		30.023	0,013	101,92	4.350	16,95
Despesa Total		27.084	0,012	91,94		30.216	0,013	102,58	3.132	11,56
Despesas Primárias (II)		26.894	0,012	91,30		23.275	0,010	79,02	-3.619	-13,45
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acumulado (III)=(I)-(II)		-1.221	-0,001	-4,15		6.748	0,003	22,91	7.969	-852,66
Dívida Pública Consolidada (DC)		370	0,000	1,26		201	0,000	0,89	-109	-29,43
Dívida Consolidada Líquida (DCL)		0	0,000	0,00		-3.113	-0,001	-10,57	-3.113	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0	0,000	0,00		3.667	0,002	12,45	3.667	-

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

NOTA: A elaboração desse demonstrativo administrativo segue metodologia de cálculo dos indicadores 03, 06, 08, Anexo da Portaria MD/Portanto, não foram consideradas as receitas das despesas com assistência social e RPPS no cálculo da linha. Também foram consideradas as dívidas disponíveis de caixa e reservas financeiras do RPPS no cálculo da linha.

Notas Explicativas:

- 1 - Metas de Resultado Primário de 2021 conforme Anexo III da Lei Municipal nº 1.066, de 2020 (LDO-2021)
- 2 - Valores de Resultado Primário de 2021 e Balanço Orçamentário e do Exercício - Demonstrativo do Resultado Primário Nominal do RREO 9º Bimestre de 2021.

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valor Previsão	Valor Realizado
Valor Efetivo (realizado) do PIB estadual em 2021.	198.383.625	233.400.000
Receita Corrente Líquida - RCL Municipal em 2021.	23.453	29.457

Nota Explicativa:

PIB: Apeser de ser parâmetro opcional para os municípios conforme a 3ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - STN, foi considerado para as demonstrativos PIB de Pernambuco em 2021 no valor de R\$ 233.400.000,00. Ajustado pelo setor de TI da gov.br/IBGE. RCL: Receita Corrente Líquida para o ano de 2021, conforme Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO 9º Bimestre de 2021.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento





MUNICIPIO DE PALMEIRINA - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
NEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARIADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2023

AMR - Demografia (LRF 24 e 27 - R0001)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	28.854	22,65	32.938	17,35	38.820	17,86	40.300	3,81	41.757	3,62	43.258	3,90
Receitas Primárias (I)	26.397	18,22	30.023	13,10	36.092	20,21	37.466	3,81	38.824	3,62	40.218	3,59
Despesa Total	27.713	9,03	30.218	4,32	39.764	31,60	40.300	1,35	41.757	3,62	43.258	3,59
Despesas Primárias (II)	23.871	-2,48	23.275	-0,71	31.570	35,64	32.156	1,86	33.973	3,76	34.465	3,38
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acimada Linha (III) = (I-II)	5.009	20,71	6.746	20,71	4.427	-15,42	6.309	1,95	5.451	-0,18	5.723	0,23
Divida Pública Consolidada (DC)	554	261	261	-52,87	169	-35,24	77	-54,41	22	-71,05	10	-53,78
Divida Consolidada Líquida (DCL)	554	-3.113	-1.113	-881,86	-3.204	0,00	-3.781	0,00	-4.280	0,00	-4.740	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	6.492	3,667	3,667	-56,61	91	-97,51	577	532,77	499	-13,51	460	-7,97

VALORES APREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	30.171	35,405	32.272	13,10	36.092	11,84	36.271	0,50	38.245	0,60	39.472	0,56
Receitas Primárias (I)	28.533	32,479	31.135	4,32	39.764	22,43	39.012	-1,89	39.246	0,60	39.472	0,56
Despesa Total	28.619	5,965	25.019	-19,82	31.570	-14,35	31.131	-1,39	31.986	0,75	31.476	0,35
Despesas Primárias (II)	5.965	281	7.253	-14,91	4.427	-39,75	5.140	1,69	5.123	-0,15	5.222	0,22
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acimada Linha (III) = (I-II)	622	-3,446	622	-637,58	169	-4,24	75	-55,86	21	-71,89	9	-55,11
Divida Pública Consolidada (DC)	622	-3,446	622	-637,58	169	-4,24	75	-55,86	21	-71,89	9	-55,11
Divida Consolidada Líquida (DCL)	622	-3,446	622	-637,58	169	-4,24	75	-55,86	21	-71,89	9	-55,11
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	9.541	-58,69	3.941	-58,69	91	-97,51	559	512,55	489	-16,03	420	-19,58

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças  
R001 - R. Publicação dos dados contábeis segue a necessidade de estar atualizados nos meses de março e dezembro com as fontes do RPPS, no âmbito do ano. Também são  
fontes de dados os dados de balanço patrimonial e demonstrações contábeis de acordo com o Plano de Contas da Prefeitura Municipal de Palmeirina - PE.

Atualizado em: 2025/01/27 às 10:00h. Endereço: Rua Manoel de Albuquerque, 100 - Centro, Palmeirina - PE. CEP: 55000-000. Telefone: (81) 3322-1100. E-mail: [contabilidade@palmeirina.pe.gov.br](mailto:contabilidade@palmeirina.pe.gov.br)

ÍNDICE DE INF. LAÇÃO

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Índice de Inf. Lação	4,31%	4,52%	7,45%	3,30%	3,00%	3,00%

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

ANO	VALOR CORRETORE	VALOR CORRETORE
2020	-Valor Correção	1,1235
2021	-Valor Correção	1,0749
2022	-Valor Correção	1,0000
2023	-Valor Correção	1,0330
2024	-Valor Correção	1,0840
2025	-Valor Correção	1,0859



MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE  
 LEI  
 DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEX  
 O DE METAS FISCAIS  
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20  
 23



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
 Acesse em: <https://stc.e-pec.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-a51b75e3aca1

AMF-Demonstrativo (V/LRF Art. 4º, §2º, in totum)

R\$ milhares

MUNICÍPIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	-58.570	100	-105.015	100	-83.958	100
<b>TOTAL</b>	<b>-58.570</b>	<b>100</b>	<b>-105.015</b>	<b>100</b>	<b>-83.958</b>	<b>100</b>

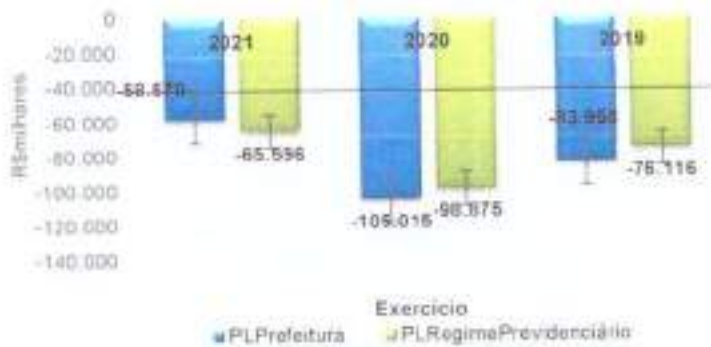
REGIME PREVIDENCIÁRIO - RPPS						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-65.596	100	-98.875	100	-76.116	100
<b>TOTAL</b>	<b>-65.596</b>	<b>100</b>	<b>-98.875</b>	<b>100</b>	<b>-76.116</b>	<b>100</b>

FORNTE: Secretaria Municipal de Finanças



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
 assinado por: idUser 83

Evolução do Patrimônio Líquido



*Infantis*



Tabela5-OrigemeAplicaçãodosRecursosObtidoscomAlienaçãodeAtivos

MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE  
LEI DE RETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS  
EXODOMETAS FISCALIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2023

AMF-Demonstrativo V(LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ milha

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL- ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Rendimentos	0	0	0
Aplicações Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2021 (g)={Ia-II(d)}+{IIIh}	2020 (h)={Ib-II(e)}+{IIIi}	2019 (i)={Ic-II(f)}
VALOR (III)	237	237	237

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

FONTE: Anexo 11 do RREO-Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos dos Exercícios de 2019, 2020 e 2021.

Notas Explicativas:

1- Despesas previstas no art. 44 da LRF. E vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas corrente, salvo se destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

*Assinado*

Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ste.cce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6223f3-2259-46b4-b209-ad1b7563aca1



assinado por: idUser 83

PORTAL DA TRANSPARENCIA

<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>



MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE  
LEI DE REEQUILIBRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANEX  
O DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 2023

AVF - Demonstrativo VLRP, Art. 4º, §2º, inciso IV, artigo 2º		R\$ Milhares		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2019	2020	2021	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.860</b>	<b>2.502</b>	<b>4.237</b>	
Receita de Contribuições dos Segurados	582	773	1.418	
Ativa	600	775	1.416	
Inativa	2	0	0	
Pensionista	0	0	0	
Receita de Contribuições Patronais	1.176	1.368	2.818	
Ativa	1.170	1.368	2.818	
Inativa	0	0	0	
Pensionista	0	0	0	
Receita Patrimonial	1	0	0	
Receitas Mobiliárias	0	0	0	
Receita de Valores Mobiliários	1	0	0	
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	
Receita de Serviços	0	0	0	
Outras Receitas Correntes	1	309	1	
Compensação Financeira entre Regimes	0	0	0	
Aportes Peródoos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0	
Demais Receitas Correntes	1	309	1	
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0	
Amortização de Empréstimos	0	0	0	
Outras Receitas de Capital	0	0	0	
<b>TOTAL DAS RECEITAS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)</b>	<b>1.860</b>	<b>2.502</b>	<b>4.237</b>	
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	
Benefícios	4.681	4.995	5.009	
Aposentadorias	4.138	4.420	5.164	
Pensões por Morte	542	575	644	
Outras Despesas Previdenciárias	133	139	146	
Compensação Previdenciária entre Regimes	0	0	0	
Demais Despesas Previdenciárias	133	139	146	
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>4.814</b>	<b>5.134</b>	<b>5.955</b>	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)</b>	<b>-2.954</b>	<b>-2.632</b>	<b>-1.718</b>	
<b>RECURSOS DO RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	
VALOR	0	0	0	
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	
VALOR	0	0	0	
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	
Plano de Amortização - Contribuição Patrimonial Suplementar	0	0	0	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0	
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	1.860	0	0	
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	
Caixa e Equivalente de Caixa	0	0	1	
Investimentos e Aplicações	0	0	37	
Outros Bens e Direitos	0	0	15	

FDNTE: Secretaria Municipal de Finanças

(continua)

*Infante*



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ste.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e62213-2259-46b4-6209-ad1b75e3aca1



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIADOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO DE REPARTIÇÃO (PLANOFINANCEIRO)			
	R\$ milhões		
AMF - Demonstrativo (VIL, RP Art. 4º, §2º inciso V, da Lei nº 10.881/04)	2019	2020	2021
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO DE REPARTIÇÃO)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>	0	0	0
Recetas de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Ativo			
Passivo			
Pensionista			
Recetas de Contribuições Patronais	0	0	0
Ativo			
Passivo			
Receta Patrimonial	0	0	0
Recetas Imobiliárias			
Recetas de Valores Mobiliários			
Outras Recetas Patrimoniais			
Recetas de Serviços			
Outras Recetas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária entre os Regimes			
Demais Recetas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Recetas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO DE REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>	0	0	0
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO DE REPARTIÇÃO)</b>	2019	2020	2021
Benefícios	0	0	0
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO DE REPARTIÇÃO (X)</b>	0	0	0
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO DE REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)</b>	0	0	0
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO DE REPARTIÇÃO DO RPPS</b>	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Formação de Reserva			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO)</b>	2019	2020	2021
Caixa e Equivalente de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

(continua)





ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIADOS SERVIDORES - RPPS			
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>			
Recursos Correntes	2019	2020	2021
	1.880	2.502	4.237
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>1.880</b>	<b>2.502</b>	<b>4.237</b>
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>			
Despesas Correntes (XIII)	2019	2020	2021
	4.814	5.134	5.955
Pessoal e Encargos Sociais	4.681	4.995	5.800
Demais Despesas Correntes	133	139	146
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>4.814</b>	<b>5.134</b>	<b>5.955</b>
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XVI) = (XII - XV)</b>	<b>-2.955</b>	<b>-2.632</b>	<b>-1.718</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>			
	2019	2020	2021
Caixa e Equivalente de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>			
Contribuições dos Servidores	2019	2020	2021
Demais Receitas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) - (XVII)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)</b>			
Aposentadorias	2019	2020	2021
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) - (XVIII)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO - (XIX) = (XVII - XVIII)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FORNTE: Secretaria Municipal de Finanças

*Thaianne*





MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
NEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 202

3

AMF-Demonstrativo VII (Artigo 53 § 1º, Inciso II da LC 101/00)

R\$ milhares

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PR EVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO =(d Exercício Anterior)+(c)	(d)
2022	3.013	6.472	-3.459		-3.459
2023	3.101	6.317	-3.216		-6.675
2024	3.052	6.274	-3.222		-9.897
2025	2.971	6.428	-3.457		-13.354
2026	2.935	6.285	-3.350		-16.704
2027	2.874	6.296	-3.422		-20.126
2028	2.810	6.243	-3.433		-23.559
2029	2.746	6.162	-3.417		-26.976
2030	2.600	6.367	-3.767		-30.743
2031	2.483	6.552	-4.069		-34.812
2032	2.365	6.700	-4.335		-39.147
2033	2.250	6.723	-4.472		-43.619
2034	2.151	6.726	-4.575		-48.194
2035	2.056	6.547	-4.491		-52.685
2036	1.927	6.543	-4.616		-57.301
2037	1.787	6.570	-4.783		-62.084
2038	1.708	6.260	-4.552		-66.636
2039	1.567	6.314	-4.748		-71.384
2040	1.492	6.193	-4.701		-76.085
2041	1.452	5.956	-4.504		-80.589
2042	1.406	5.718	-4.312		-84.899
2043	1.352	5.240	-3.888		-88.788
2044	1.310	4.911	-3.601		-92.389
2045	1.229	4.645	-3.416		-95.804
2046	1.176	4.352	-3.175		-98.980
2047	1.114	4.187	-3.073		-102.052
2048	1.015	3.972	-2.957		-105.009
2049	959	3.639	-2.680		-107.690
2050	852	3.317	-2.465		-110.155
2051	782	3.022	-2.260		-112.414
2052	668	2.802	-2.134		-114.548
2053	636	2.526	-1.890		-116.438
2054	555	2.401	-1.846		-118.284
2055	502	2.048	-1.546		-119.830
2056	453	1.820	-1.367		-121.197

(continua)

*Tufano*

Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 06622313-2259-46b4-0209-a31b75e3ae1



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



(continuação)

Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epd/validarDoc.seam> Código do documento: 06622313-2259-46b4-40209-a51b75e3aeaf

FUNDOEMREPARTIÇÃO(PLANOFINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	RECEITASPREVID ENCIÁRIAS (a)	DESPESASPREVID ENCIÁRIAS (b)	RESULTADOPR EVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DOEXERCÍCIO =(dExercicioAnterior)+(c) (d)
2057	402	1.624	-1.222	-122.419
2058	344	1.559	-1.215	-123.634
2059	322	1.492	-1.170	-124.804
2060	289	1.453	-1.164	-125.967
2061	249	1.458	-1.209	-127.177
2062	220	1.431	-1.211	-128.388
2063	199	1.329	-1.130	-129.518
2064	181	1.298	-1.117	-130.635
2065	171	1.209	-1.038	-131.673
2066	132	975	-844	-132.516
2067	126	926	-800	-133.316
2068	87	819	-732	-134.048
2069	74	702	-628	-134.677
2070	65	625	-560	-135.237
2071	63	604	-541	-135.778
2072	53	511	-458	-136.236
2073	51	477	-427	-136.663
2074	49	459	-410	-137.073
2075	41	386	-345	-137.418
2076	29	280	-251	-137.669
2077	21	214	-193	-137.866
2078	16	170	-153	-138.019
2079	14	144	-131	-138.145
2080	11	120	-109	-138.254
2081	8	96	-87	-138.341
2082	0	20	-20	-138.361
2083	0	0	0	-138.361
2084	0	0	0	-138.361
2085	0	0	0	-138.361
2086	0	0	0	-138.361
2087	0	0	0	-138.361
2088	0	0	0	-138.361
2089	0	0	0	-138.361
2090	0	0	0	-138.361
2091	0	0	0	-138.361
2092	0	0	0	-138.361
2093	0	0	0	-138.361
2094	0	0	0	-138.361
2095	0	0	0	-138.361
2096	0	0	0	-138.361

Nota: Projeção Atuarial, database 31/12/2021, elaborada em 08/03/2022, pelo Atuarial Sr. (Sra.) Mateus Rodrigues, Miba 3120, enviada a Secretariada Previdência do Ministério da Economia.





**ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO DA RENDUÍCIA DE RECEITA 20**  
 23

23

AMP - Demarcatório Villuf, Art. 6º, inciso VI

R\$ mil/hares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PRO GRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
<b>TOTAL</b>						-

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

Não são estimados valores para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no mesmo texto legal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, devendo ser feito estudo impactor orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício durante o exercício respectivo.





**MUNICIPIO DE PALMEIRINA-PE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**NEXODE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2022**

3

MPE - Demonstrativo VIII (LRF Art. 4º §2º inciso V)		R\$ milhões
EVENTOS		Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita		1.368
(-) Transferências Constitucionais		0
(-) Transferências do FUNDEB		1.041
Saldo Final da Aumento Permanente da Receita (I)		327
Redução Permanente de Despesa (II)		0
Margem Bruta (III) = (I+II)		327
Saldo Utilizado na Margem Bruta (V)		14
Novas DOCC		14
Novas DOCC geradas por PPP		0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (W) = (III-IV)		313

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

- 1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2023, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado em R\$ 1.294,00, conforme previsto no PLDO da União para 2023.
- 2 - Foi considerado, para 2023, aumento de receita até 3,81%, resultante da taxa de inflação de 3,30% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos da 0,64%, resultando em 2,11%, e a taxa de crescimento do PIB de 2,50% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos de 0,66%, resultando em 1,70%, ambos indicadores disponíveis no Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, publicado em 08 de junho de 2022.

*Tufinda*





Tablel - Metas Anuais

Lei nº 1.096/2022  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXODEN METAS FISCAIS  
 METAS ANUAIS 2023

R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	ValorCo- rente (a)	ValorCo- stante	% PIB(a)/PIB 100	% RCL(a)/RCL 100	ValorCo- rente (b)	ValorCo- stante	% PIB(b)/PIB 100	% RCL(b)/RCL 100	ValorCo- rente (c)	ValorCo- stante	% PIB(c)/PIB 100	% RCL(c)/RCL 100
Receita Total	40.300	39.012	0,017	129,54	41.757	39.246	0,017	134,49	43.258	39.472	0,017	139,80
Receitas Primárias (I)	37.459	36.271	0,015	120,44	38.624	38.489	0,016	125,04	40.218	36.895	0,016	129,79
Receitas Primárias Correntes	36.942	35.762	0,015	119,75	38.279	35.977	0,015	123,29	39.687	36.195	0,016	129,01
Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria	1.247	1.207	0,001	4,01	1.292	1.214	0,001	4,16	1.339	1.222	0,001	4,32
Contribuições	1.434	1.389	0,001	4,61	1.406	1.397	0,001	4,79	1.540	1.406	0,001	4,97
Transferências Correntes	34.175	33.083	0,014	109,85	35.412	33.293	0,014	114,06	36.896	33.455	0,014	118,43
Demais Receitas Primárias Correntes	85	83	0,000	0,27	88	83	0,000	0,26	92	84	0,000	0,30
Receitas Primárias de Capital	526	508	0,000	1,69	545	512	0,000	1,75	551	503	0,000	1,78
Despesa Total	40.300	39.012	0,017	129,54	41.757	39.246	0,017	134,49	43.258	39.472	0,017	139,80
Despesas Primárias (I)	32.198	31.131	0,013	103,37	33.373	31.366	0,013	107,49	34.695	31.478	0,013	111,32
Despesas Primárias Correntes	31.031	30.046	0,013	99,75	32.207	30.270	0,013	103,73	33.283	30.370	0,013	107,41
Pessoal e encargos sociais	20.951	19.410	0,008	64,45	20.557	19.321	0,008	66,21	21.054	19.270	0,008	67,98
Outras Despesas Correntes	10.980	10.629	0,005	35,30	11.650	10.949	0,005	37,52	12.219	11.150	0,005	39,43
Despesas Primárias de Capital	2.703	2.617	0,001	8,69	2.901	2.633	0,001	9,02	2.902	2.649	0,001	9,37
Pagamentos de Restos a Pagar de Despesas Primárias	59	59	0,000	0,31	101	95	0,000	0,33	105	98	0,000	0,34
Resultado Primário (SEM RPS)-Acumulado (II)=- (I)	5.309	5.140	0,002	17,07	5.451	5.123	0,002	17,56	5.723	5.227	0,002	18,47
Divida Pública Consolidada (DC)	77	75	0,000	0,25	22	21	0,000	0,07	10	9	0,000	0,03
Divida Consolidada Líquida (DCL)	-3.761	-3.660	-0,002	(12,15)	-4.240	-4.023	-0,002	(13,29)	-4.740	-4.325	-0,002	(15,30)
Resultado Nominal (SEM RPS)-Atualizado Líquido	577	559	0,000	1,65	499	499	0,000	1,61	480	420	0,000	1,49

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

NOTA: A elaboração deste documento foi feita a partir de dados fornecidos pelo Poder Executivo Municipal. Também são foram consideradas as despesas com o RPS, inclusive a área de saúde. Também são foram consideradas as despesas com o RPS, inclusive a área de saúde. Também são foram consideradas as despesas com o RPS, inclusive a área de saúde.



*Assinado*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
 Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6223f3-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

**7 - Os cálculos das metas foram realizados considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:**

VARIÁVELS	2023	2024	2025	2026
PIB Real (crescimento Nominal)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Inflação (deflatores) (Nominal) - Projeção das contas em Indicador de Inflação	3,30%	3,00%	3,00%	3,00%

**II - Metodologia de Cálculo de Valor Constante:**

Cálculo do Valor Constante		2023	2024	2025
Valor Corrente	1.0330	Valor Corrente	1.0540	Valor Corrente
				1.0859

*Thatianne Pinto*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
 Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6223f3-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

**PIB - Produto Interno Bruto**

Notas Explicativas:

1. Alteração decorrente do Decreto 3000 de 18/12/19 que alterou o método de cálculo do PIB, a partir de 2018, para o método de contabilidade nacional, conforme o artigo 1º do Decreto nº 3000 de 18/12/19.
2. O valor do PIB Bruto é apresentado em milhões de reais, arredondado para cima, exceto quando especificado em contrário.
3. Considerando o método de cálculo empregado, as séries são baseadas nos dados brutos, não corrigidos por inflação.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em milhões (R\$)
2020	-1,41%	204.500.000
2021	4,29%	213.400.000
2022*	1,80%	217.401.200
2023*	2,50%	223.541.290
2024**	2,50%	248.829.761
2025**	2,50%	255.870.525

Fonte: Agência Estadual de Regulação Econômica do Estado do Rio de Janeiro

**Fator de Crescimento Real do PIB Nacional**

Notas Explicativas:  
 4. O método utilizado para o cálculo do fator de crescimento real do PIB Nacional é o método de preços constantes em mil reais de 2017.  
 5. A quantidade de horas trabalhadas é dada em milhares de horas trabalhadas em 2017, e o PIB Nacional é dado em bilhões de reais em 2017.

Ano	Fator de Crescimento Real do PIB Nacional							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Crescimento do PIB	1,025029266	0,98454237	0,98724003	1,013223669	1,017839667	1,01220779	0,99121324	1,04812422
								Media
								0,99802367

**Receita Corrente Líquida**

Notas Explicativas:  
 6. A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a receita líquida de impostos e contribuições, a receita de juros e dividendos, a receita de juros e dividendos de outros municípios, a receita de juros e dividendos de outros estados e a receita de juros e dividendos de outros países, e a receita de juros e dividendos de outros países.  
 7. O valor da Receita Corrente Líquida é expresso em milhões de reais, arredondado para cima, exceto quando especificado em contrário.

RCL Projetada				
Variável	2023	2024	2018	2019
Receita Corrente Líquida - RCL	31.110	31.049		30.987



PORTAL DA TRANSPARENCIA

*Thatianne Pinto Macedo Lima*



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-a51b75e3aca1



**PREFEITURA DE PALMEIRINA**

Trabalhando pelo amor da nossa vida

9 -Série histórica dos indicadores:IPCA,PIB eSELIC:

### IPCA



### PIB



### SELIC



**PREFEITURA MUN**

CNPJ:10.1

Av. Des. Jairo Paes da Carvalh

Telefone:



**ALMEIRINA**

1-9 PORTAL DA TRANSPARENCIA

<http://cloudit-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

15



## MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE

### I- Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas do Município TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2020	Realizado 2021	Reestimado* 2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>25.167</b>	<b>30.111</b>	<b>35.885</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	302	591	1.201
IPTU	14	18	24
ISQN	26	78	262
Receita de Dívida Ativa	10	13	29
Demais Receitas	249	482	885
Receitas de Contribuições	719	1.418	1.382
Contrib. do Servidor Civil para o Plano de Seg. Social- CPSSS	10	1.418	1.285
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	709	-	97
Demais Receitas	-	-	-
Receita Patrimonial	22	97	300
Aplicações Financeiras	22	97	300
Remuneração de Depósitos Bancários	22	97	264
Remuneração de Recursos do RPPS	-	-	36
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	23.751	27.916	32.920
Cota-Partido FPM	7.789	10.382	13.285
Cota-Partido ITR	1	7	3
Cota-Partido FEP	141	227	333
Cota-Partido CIDE	8	5	11
Transf. de Recursos do SUS- FMS	4.699	2.987	4.750
FUNDEB	5.862	7.197	8.385
Transf. de Recursos do FUNDEB	5.329	6.281	6.990
Transf. de Recursos da Complementação da União	533	916	1.399
Cota-Partido ICMS	2.557	4.911	4.892
Cota-Partido IPVA	174	152	332
Cota-Partido IPI	15	19	18
Outras Transferências Correntes	2.485	2.029	907
Outras Receitas Correntes	373	89	82
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>	<b>252</b>	<b>9</b>	<b>563</b>
Operações de Créditos	-	-	27
Alienação de Bens	-	-	29
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	252	9	505
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)</b>	<b>1.436</b>	<b>2.816</b>	<b>2.372</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>26.854</b>	<b>32.938</b>	<b>38.820</b>

#### Notas Explicativas:

- Os valores arrecadados nos exercícios de 2020 e 2021, compõem a série histórica de arrecadação utilizada nas projeções de receitas para os anos seguintes.
- Durante o processo de elaboração desta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o país, assim como o resto do planeta, anda sob o peso das consequências da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Em 2021, a economia mostrou vigorosa recuperação com o avanço da vacinação e a consequente redução da necessidade de isolamento social e de restrição de mobilidade. Apesar das expectativas de mercado ainda serem possíveis e retomada do crescimento da economia neste segundo semestre do ano, é necessário manter prudência quanto à projeção, em decorrência do cenário de incertezas das reações da economia. Por este motivo, a projeção de arrecadação do ano de 2022, foi reestimada para ajustar-se ao cenário econômico.

*Thaianne*





ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO-R\$milhares		
	2023	2024	2025
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>37.253</b>	<b>38.601</b>	<b>40.001</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.247	1.292	1.339
IPTU	25	26	27
ISQN	272	282	293
Receita de Dívida Ativa	30	32	33
Demais Receitas	919	952	987
Receitas de Contribuições	1.434	1.486	1.540
Contrib. do Servidor Civil para o Plano de Seg. Social- CPSSS	1.334	1.382	1.432
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	100	104	108
Demais Receitas	-	-	-
Receita Patrimonial	311	322	334
Aplicações Financeiras	311	322	334
Remuneração de Depósitos Bancários	274	284	294
Remuneração de Recursos do RPPS	37	38	40
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	34.175	35.412	36.696
Cota-Partido FPM	13.792	14.291	14.809
Cota-Partido ITR	3	3	3
Cota-Partido FEP	346	358	373
Cota-Partido CIDE	11	12	12
Transf. de Recursos do SUS- FMS	4.931	5.109	5.294
FUNDEB	8.709	9.024	9.351
Transf. de Recursos do FUNDEB	7.257	7.519	7.792
Transf. de Recursos da Complementação da União	1.452	1.505	1.559
Cota-Partido CMS	5.079	5.283	5.453
Cota-Partido IPVA	344	357	370
Cota-Partido IPI	19	20	20
Outras Transferências Correntes	942	976	1.011
Outras Receitas Correntes	85	88	92
<b>RECEITA DE CAPITAL (II)</b>	<b>584</b>	<b>605</b>	<b>614</b>
Operações de Créditos	28	29	30
Alienação de Bens	30	31	32
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	526	545	551
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS CORRENTES (III)</b>	<b>2.463</b>	<b>2.550</b>	<b>2.643</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>40.300</b>	<b>41.767</b>	<b>43.258</b>

**Notas Explicativas:**

3 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), notas de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras administrativas, que serão tomadas por este município, para obter uma melhor análise fiscalizatória e otimização de recursos financeiros para os serviços futuros. Assim, as projeções para 2022, 2023, 2024 e 2025 considerando a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 7,49%, 3,30%, 3,00% e 3,00%, bem como as previsões da taxa de crescimento do PIB para 2022, 2023, 2024 e 2025 com os respectivos percentuais de 1,80%, 2,50%, 2,50% e 2,50%, demonstram um cenário estável e pacífico no ano de 2022 com um fim do crescimento econômico para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Ressalta-se ainda, o efeito sobre as receitas decorrente da taxa real do PIB, que afeta diretamente na arrecadação dos tributos, isto é, a arrecadação municipal também pode sofrer queda em função da expectativa de redução do PIB. A tabela abaixo demonstra os efeitos das variações desses parâmetros nas receitas.

Sensibilidade da Receita aos Parâmetros Macroeconômicos	
Parâmetro Macroeconômico	Receitas
PIB	0,68%
IPCA	0,64%

Fonte: Anexo de Referência Fiscal do PLO 2023 (at.114)

A variação de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB altera em 0,68% as receitas. Já o efeito da variação de 1 ponto percentual na inflação tem impacto de 0,64% nas receitas. Deste modo, os parâmetros econômicos aplicados na estimativa das receitas nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foram respectivamente 4,79%, 2,11%, 1,92% e 1,92% para o IPCA e 1,22%, 1,70%, 1,70% e 1,70% para o PIB. Assim, o crescimento nominal previsto das receitas para o ano de 2022, 2023, 2024 e 2025 serão superavitários em 6,01%, 3,61%, 3,62% e 3,62% respectivamente.

Desta forma, consideramos o campo VARIAÇÃO% sexta série variáveis: %IPCA, %PIB e Intensificação da Fiscalização Tributária, para os respectivos exercícios.

4 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativas à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais - 13ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

*Infante*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

*Thatianne*

5 - A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, Regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a Lei 14.275, de 27 de dezembro de 2021 modificou e regulamentou o Fundo, da seguinte forma: 212-AdmConstituiçãoFederal.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



## La-MetodologiaeMemóriadeCálculodasPrincipaisFontesdeReceita

6-Asreceitasorçamentáriasparaosexercíciosde2023,2024e2025foramestimadasconsiderando-seohistóricodaarrecadação,projeçõesdeindicadoreseconômicos,alegistaçãopertinenteespecificidadesdecadauma dasreceitas.

Nas estimativas desta LDD foram utilizados os modelos sugeridos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022. Basicamente os modelos de projeção foram selecionados Modelo Média (t-1) e Modelo sazonal.

O primeiro modelo utilizado nas projeções de arrecadação que são são praticamente constantes ao longo dos meses, cujas séries temporais baseia-se na média de arrecadação do ano anterior, refletindo o comportamento de arrecadação para os anos seguintes.

Já o segundo modelo, foi utilizado nas receitas das quais a arrecadação não se distribui de forma uniforme ao longo do exercício. O modelo sazonal estima a receita aplicando o índice econômico de forma mensal, evitando assim a distorção causada pela sazonalidade ou algum efeito de legislação, logo, o modelo leva em consideração a arrecadação mensal na projeção.

Receitas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), são exemplos de receitas com séries históricas sazonais, influenciadas principalmente por suas legislações específicas que definem calendários de pagamentos e em determinado período do ano.

As tabelas seguintes resumem as principais variações sobre as receitas estimadas na elaboração da LDD de 2022.

### Receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIACAO%
2020	302	-
2021	591	96,66%
2022	1.201	103,3%
2023	1.247	3,81%
2024	1.292	3,62%
2025	1.339	3,62%

7 -

O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal.

### Impostos sobre a Propriedade Territorial Predial e Urbana - IPTU

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIACAO%
2020	14	-
2021	18	28,90%
2022	24	34,29%
2023	25	3,81%
2024	28	3,62%
2025	27	3,62%

### Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIACAO%
2020	29	-
2021	78	171,7%
2022	262	237,8%
2023	272	3,81%
2024	280	3,62%
2025	293	3,62%

### Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIACAO%
2020	10	-
2021	13	32,50%
2022	29	121,5%
2023	30	3,81%
2024	32	3,62%
2025	33	3,62%

8 - O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2023 e em diante, em torno de 4,00% sobre o saldo da Dívida Ativa que o Município tem a receber em 2022, aplicando uma política de intensificação da arrecadação dos tributos de competência municipal.

### Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIACAO%
--------------	----------------------------	-----------

*Handwritten signature*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6223f3-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

*Thatianne*

2020	10	-
2021	1.418	14083%
2022	1.285	-9,40%
2023	100	-92,18%
2024	104	3,62%
2025	108	3,62%



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83





**Cota-PartedoFundodeParticipaçãodosMunicipios**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	7.799	-
2021	10.382	33,12%
2022	13.285	27,97%
2023	13.792	3,81%
2024	14.291	3,62%
2025	14.609	3,62%

**Impostosobre aPropriedade TerritorialRural- ITR**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	1	-
2021	7	487,9%
2022	3	-54,48%
2023	3	3,81%
2024	3	3,62%
2025	3	3,62%

**FundoEspecialdoPetróleo- FEP**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	141	-
2021	227	61,39%
2022	333	46,44%
2023	348	3,81%
2024	358	3,62%
2025	373	4,18%

**Contribuições deIntervençãonoDominioEconômico-CIDE**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	8	-
2021	5	-36,85%
2022	11	109,9%
2023	11	3,81%
2024	12	3,62%
2025	12	3,62%

**Transferênciasde Recursos doSUS**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	4.600	-
2021	2.987	-36,42%
2022	4.750	58,98%
2023	4.931	3,81%
2024	5.109	3,62%
2025	5.294	3,62%

**FundodeManut.eDesenv.daEducaçãoBásica edeValor.DosProfis.doMagistério- FUNDEB**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	5.862	-
2021	7.197	22,77%
2022	8.369	16,58%
2023	8.709	3,81%
2024	9.024	3,62%
2025	9.351	3,62%

**ImpostosobreCirculaçãodeMercadoriasePrestaçãodeServiços-ICMS**

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	2.557	-

*Thatianne*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

*Thatianne*

2021	4.911	92,06%
2022	4.892	-0,38%
2023	5.079	3,81%
2024	5.263	3,62%
2025	5.453	3,62%



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



#### Impostosobre a Propriedade de VeículosAutomotores -IPVA

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	174	-
2021	152	-12,65%
2022	332	118,4%
2023	344	3,61%
2024	367	3,62%
2025	370	3,62%

#### ImpostodeProdutosIndustrializados-IPi

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	15	-
2021	19	22,05%
2022	18	-2,26%
2023	19	3,81%
2024	20	3,62%
2025	20	3,62%

#### DutrasReceitasCorrentes

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	373	-
2021	89	-76,10%
2022	82	-7,82%
2023	85	3,61%
2024	88	3,62%
2025	92	3,62%

#### ReceitasdeCapital

MetasAnuais	VALORNOMINAL-R\$milhares	VARIAÇÃO%
2020	252	-
2021	9	-96,49%
2022	583	6278%
2023	584	3,81%
2024	605	3,62%
2025	614	1,47%

#### NotaExplicativa:

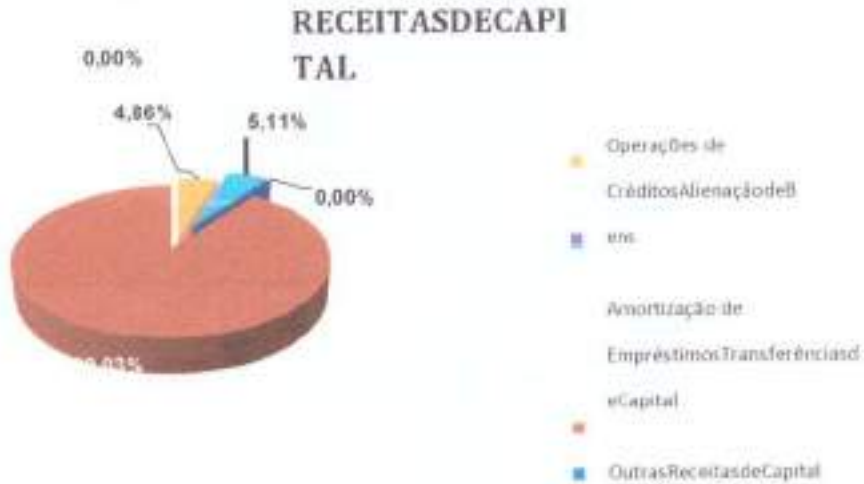
9-

AsreceitasdeCapitaltemcomobaseastransferênciasderecursoseconvenções. Asprojeçõesparaaosexercíciosde2023,2024e2025sãofundamentadasemestratégiasdetransferênciasvoluntáriaspor meio de conversão e contratos de repasse vindos da União e do Estado.





### 1.1 Composição das Receitas Totais-2023



### 1.2 Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes -2023





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stc.itec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

*Thatianne*

Nota: Do montante previsto para as Transferências Correntes R\$57.485.000,00 em 2023, R\$19.701.000,00 compõe o FPM, R\$4.268.000,00 compõe as Transferências do SUS e R\$23.254.000,00 compõe as Transferências do FUNDEB.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83



## MUNICÍPIO DE PALMEIRINA - PE

II-

### Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas do Município TOTAL DA SDESPESAS

R\$ milhars

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2020	Realizada 2021	Reestimado* 2022
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	25.627	24.042	30.334
Pessoal e Encargos Sociais	18.985	20.168	20.037
Juros e Encargos da Dívida	-	-	9
Outras Despesas Correntes	6.642	3.873	10.288
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	633	215	2.879
Investimentos	367	33	2.604
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	266	182	275
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>	-	-	289
<b>RESERVA DO RPPS (IV)</b>	-	-	97
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V)</b>	1.454	5.955	6.166
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (VI)</b>	-	4	-
<b>DESPESA TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V+VI)</b>	<b>27.713</b>	<b>30.216</b>	<b>39.764</b>

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2023	2024	2025
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	30.740	31.906	32.974
Pessoal e Encargos Sociais	20.051	20.557	21.084
Juros e Encargos da Dívida	10	11	11
Outras Despesas Correntes	10.680	11.338	11.897
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	2.988	3.097	3.209
Investimentos	2.703	2.801	2.902
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	285	296	306
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>	300	311	323
<b>RESERVA DO RPPS (IV)</b>	100	104	108
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V)</b>	6.170	6.443	6.755
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (VI)</b>	-	-	-
<b>DESPESA TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V+VI)</b>	<b>40.300</b>	<b>41.757</b>	<b>43.258</b>

Notas Explicativas:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,30%, 3,00% e 3,00% para os respectivos exercícios de 2023, 2024 e 2025 e também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2023, 2024 e 2025 com os respectivos percentuais de 2,50%, 2,50% e 2,50%.

2 - Estimativa referente aos valores das despesas de transferências intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, seguiram parâmetros, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 13ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

3 - A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre Receitas Previstas (incluindo as receitas intra-orçamentárias recebidas pelo RPPS) e Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamento previdenciários futuros.





## II.a- Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIAÇÃO%
2020	20.438	-
2021	26.123	27,81%
2022	26.203	0,31%
2023	26.221	0,07%
2024	27.000	2,97%
2025	27.819	3,03%

Nota explicativa:

- 4 - Na projeção para as despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação ao 2022, R\$1.212, estimado para 2023 em R\$1.294,00. Conforme previsto no PLDO 2023 da União.
- 5 - As despesas intrabudgetárias compõem os valores projetados da Despesa com Pessoal, relativos às operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIAÇÃO%
2020	0	-
2021	0	-
2022	9	-
2023	10	10,00%
2024	11	7,70%
2025	11	7,10%

Nota explicativas:

- 6 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue a política de Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 08 de julho de 2022) e o PLDO 2023 da União, que projetou em 2022 a taxa SELIC para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 em 10,00%, 7,70% e 7,10%, respectivamente.

### Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL-R\$ milhares	VARIAÇÃO%
2020	0	-
2021	0	-
2022	289	-
2023	300	3,81%
2024	311	3,62%
2025	323	3,62%

Nota:

*Thatianne Pinto*





Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e622313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1

7- Os valores fixados para a Reserva de Contingência serão de, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida e destina-se ao reforço das dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas decorrentes de emergências, calamidades e outras contingências.

*Thatianne*



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83





## 2.1 Composição das Despesas Totais-2023

### DESPESAS CORRENTES



### DESPESAS DE CAPITAL



*Thatianne Pinto*





MUNICÍPIO DE PALMEIRINA-PE

III- Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário e Nominal do Município

R\$ milhões

Table with columns for ESPECIFICAÇÃO, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, and 2025. Rows include RECEITAS EXCETO CONTRA-ORÇAMENTARIAS, DESPESAS EXCETO CONTRA-ORÇAMENTARIAS, RESULTADO PRIMÁRIO, JUROS NOMINAIS, RESULTADO NOMINAL, and DÍVIDA PÚBLICA.

Nota:

- 1 - A evolução das despesas orçamentárias não deve ser comparada com as Receitas e Despesas Primárias conforme prioridades (Pedido de Manual de Demonstrativos Físicos - MDF Versão 1 de 14/01/2022);
2 - ...
3 - O Resultado Primário é calculado pela diferença entre as Receitas Primárias e Despesas Primárias;
4 - O Resultado Nominal do Resultado Primário ...

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO



Av. Des. João Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE, 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156

Handwritten signature





PREFEITURA DE PALMEIRINA

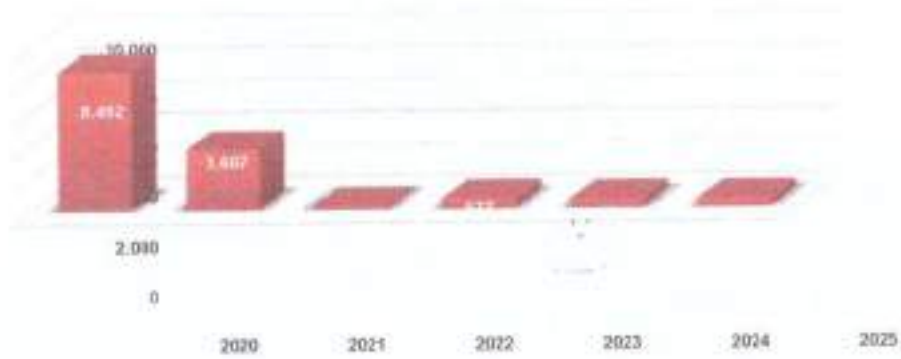
Trabalhando pelo amor da nossa vida



Documento Assinado Digitalmente por: THATIANNE PINTO MACEDO LIMA  
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 0e62313-2259-46b4-b209-451b75e3aca1



EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL



2023 - 2025 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025

*Thatianne*



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/48-20230104113739.pdf>  
assinado por: idUser 83

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRINA  
CNPJ:10.144.038./0001-91

Av. Des. Joao Paes de Carvalho, 233, Palmeirina - PE. 55310-000

Telefone: (87) 3791-1156